



Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

BRASÍLIA/2015



Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 650/2014).

Diretoria de Administração e Finanças
Coordenação de Gestão Estratégica
Brasília/2015

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
ABC	Programa Agricultura de Baixo Carbono	LAF	Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais
Abema	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente	LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
AFI	Auditorias Florestais Independentes	LGFP	Lei de Gestão de Florestas Públicas
ANA	Agência Nacional de Águas	LOA	Lei Orçamentária Anual
Anamma	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente	LPF	Laboratório de Produtos Florestais
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ANPM	Associação Nacional dos Produtores de Pisos de Madeira	MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
APA	Área de Proteção Ambiental	MD	Ministério da Defesa
Apex	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos	MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
APNE	Associação Plantas do Nordeste	MFC	Manejo Florestal Comunitário
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural	MMA	Ministério do Meio Ambiente
Autex	Autorização de Exploração	MONA	Monumento Natural
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento	MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
CAM	Centro de Apoio aos Microempreendedores	OAF	Organismos de Auditoria Florestal
CDN	Conselho de Defesa Nacional	Oema	Órgão estadual de Meio Ambiente
Ceman	Centro de Monitoramento Ambiental	OIMT	Organização Internacional de Madeiras Tropicais
Cenaflor	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal	OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
Ceprof-PA	Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará	PAAR	Plano Anual de Aplicação Regionalizada
CGFPU	Cadastro Geral de Florestas Públicas da União	PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
CGU	Controladoria Geral da União	PAE	Projeto Agroextrativista
Cirad	Centro Internacional de Pesquisa Agronômica e Desenvolvimento do Governo Francês	PAF	Projeto de Assentamento Florestal
Cites	Convenção do Clima, da Biodiversidade e das Espécies Ameaçadas	PAMFC	Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
CNAE	Comissão Nacional de Classificação	PAOF	Plano Anual de Outorga Florestal
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas	PAS	Plano Amazônia Sustentável
CNI	Confederação Nacional da Indústria	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	PIB	Produto interno bruto
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Cogest	Coordenação de Gestão Estratégica	PMCF	Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente		

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
Conticom	Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira	PNF	Plano Nacional de Florestas
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal	PNGF	Portal Nacional da Gestão Florestal
DAF	Diretoria de Administração e Finanças	PNMC	Plano Nacional sobre Mudança do Clima
Detex	Sistema de Detecção da Exploração Seletiva	PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
DFS	Distritos Florestais Sustentáveis	POA	Plano Operacional Anual
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	PPA	Plano Plurianual
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral	PPCDAM	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
DOF	Documento de Origem Florestal	RAC	Requisitos de Avaliação da Conformidade
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Resex	Reserva Extrativista
Esaf	Escola de Administração Fazendária	Sedam	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	Semace	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
FBOMS	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável	Semarh	Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
FIP	Forest Investment Program	Serfal	Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
Flona	Floresta Nacional	SFB	Serviço Florestal Brasileiro
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente	Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
FNMC	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	Sicafi	Sistema de Cadastro, Fiscalização e Arrecadação
FPF	Florestas Públicas Federais	Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
Funai	Fundação Nacional do Índio	SIGPlan	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Furb	Fundação Universidade Regional Blumenau	Sinima	Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
Geal	Gerência Executiva de Administração e Logística	SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
GECF	Gerência Executiva de Concessões Florestais	Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
GECFP	Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas	Sipam	Sistema de Proteção da Amazônia
GEF	Global Environment Facility	Sisac	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
GEFC	Gerência Executiva de Florestas Comunitárias	Sisflora	Concessões Sistema de Cadastro, Comercialização e Transporte de Produtos Florestais
Gefom	Gerência Executiva de Fundo e Fomento	Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
Geinf	Gerência Executiva de Informações Florestais	SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
GIZ	Agência de Cooperação Alemã	Snif	Sistema Nacional de Informações Florestais
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	TCU	Tribunal de Contas da União
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	UC	Unidade de Conservação
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	UCN	The International Union Conservation of Nature
IFN	Inventário Florestal Nacional	Ufac	Universidade Federal do Acre
IFT	Instituto Floresta Tropical	UFC	Universidade Federal do Ceará
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	UFPR	Universidade Federal do Paraná
Inea	Instituto Estadual do Meio Ambiente	UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	UFS	Universidade Federal de Sergipe
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial	UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	UMF	Unidade de Manejo Florestal
ISA/VIC	Associação Instituto Socioambiental de Viçosa	UnB	Universidade de Brasília
ITTO	International Tropical Timber Organization	Unir	Fundação Universidade Federal de Rondônia
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro	UR	Unidade Regional
		USP	Universidade de São Paulo
		WWF	World Wide Fund for Nature
		ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 4. Indicadores do Serviço Florestal Brasileiro.	19
Quadro 5. Vinculação do planejamento estratégico (Mapa Estratégico, Figura 2) com as atribuições do SFB e o PPA.	28
Quadro 6. Objetivo 0471.	29
Quadro 7. Objetivo 0469.	31
Quadro 8. Objetivo 0228.	32
Quadro 9. Ação 20WA.	36
Quadro 10. Ação 20WB.	39
Quadro 11. Ação 20WC.	41
Quadro 12. Ação 20WD.	44
Quadro 30. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.	79
Quadro 31. Distribuição da lotação efetiva da UJ – Situação apurada em 31/12.	79
Quadro 32. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro).	80
Quadro 33. Custos do Pessoal.	81
Quadro 34. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.	83
Quadro 35. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.	85
Quadro 36. Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.	88
Quadro 37. Veículos de propriedade do SFB.	94
Quadro 38. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.	96
Quadro 39. Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.	96
Quadro 40. Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ	97
Quadro 41. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.	99
Quadro 42. Relação dos contratos que vigoram no exercício de referência do relatório de gestão	103
Quadro 43. Aspectos da Gestão Ambiental.	105
Quadro 44. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.	113
Quadro 45. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 2. Mapa Estratégico do Serviço Florestal Brasileiro.	18
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Demandas recebidas pelo tipo de comunicação (quantidade e percentual) - 2014.	13
Tabela 2. Demandas recebidas pelos canais de entrada (quantidade e percentual) - 2014.	14
Tabela 3. Demandas recebidas pela origem da comunicação (quantidade e percentual) - 2014.	14
Tabela 4. Demandas recebidas pelo tempo de resposta (quantidade e percentual) - 2014.	15
Tabela 5. Pedidos recebidos pelos canais de entrada (quantidade e percentual) - 2014.	16
Tabela 6. Pedidos recebidos pelo tempo de resposta (quantidade e percentual) - 2014.	17
Tabela 7. Volume total transportado e valor arrecadado com as concessões florestais em 2014.	23

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Informações sobre a Governança	11
2. Relacionamento com a Sociedade	12
2.1 Canais de acesso do cidadão.....	12
2.2 Elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão	15
2.3 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários.....	15
2.4 Caminho de acesso às informações sobre sua atuação.....	15
2.5 Resultados da avaliação do desempenho do SFB na prestação de serviços ao cidadão	17
2.6 Medidas adotadas pelo órgão para o cumprimento das normas relativas à	
acessibilidade	17
3. Planejamento e Resultados Alcançados	18
4.1 Planejamento	18
4.1.1 Principais Objetivos Estratégicos e Estratégias Adotadas para sua Realização.....	21
4.1.2 Demonstração da vinculação do Mapa Estratégico do SFB com o PPA.....	27
4.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	29
4.2.1 Relação dos Objetivos do PPA sob responsabilidade do SFB	29
4.2.2 Ações sob responsabilidade do SFB	36
4.3 Outros resultados gerados pela gestão.....	45
4.4 Identificação dos resultados dos indicadores	46
4.5 Projetos Financiados com Recursos Externos	46
4.5.1 Projeto GCP/BRA/079/GEF	46
4.5.2 Projeto FIP	46
4.5.3 Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – KFW.....	47
4.5.4 Fundo Amazônia	48
5 Execução Orçamentária e Financeira	49
5.1 Programação e Execução das Despesas	49
5.1.1 Programação das despesas.....	49
5.1.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação	53
5.1.3 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos	
Originários – Executados Diretamente pela UJ	53

5.1.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	
– Total	55
5.1.5 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	
– Valores Executados Diretamente pela UJ.....	57
5.1.6 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de	
Movimentação.....	58
5.1.7 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de	
Movimentação.....	59
5.7 Renúncias sob a Gestão da UJ.....	69
5.8.3 <i>Análise Crítica</i>	78
6 Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.	
.....	79
6.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	79
6.1.1 <i>Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade</i>	
<i>Jurisdicionada</i>	79
6.1.2 <i>Qualificação e capacitação da Força de Trabalho</i>.....	80
6.1.3 <i>Custos de Pessoal</i>.....	81
6.1.4 <i>Irregularidades na área de pessoal</i>.....	82
6.1.5 <i>Riscos Identificados na gestão de pessoas</i>.....	83
6.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	83
6.2.1 <i>Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância</i>	83
6.2.2 <i>Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão</i>	
.....	85
6.2.3 <i>Análise Crítica</i>	87
6.2.4 <i>Contratação de Estagiários</i>	88
6.3 Contratação de Consultores na Modalidade Produtos	88
5 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	93
5.5 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	93
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	96
7.2.1 <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i>.....	96

7.2.2 Imóveis sob a responsabilidade do órgão, exceto Imóvel Funcional	96
7.2.3 Imóveis Funcionais sob Responsabilidade do Órgão	98
7.2.4 Análise Crítica	98
5.6 Bens Imóveis Locados de Terceiros	99
Gestão da Tecnologia da Informação	101
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação	101
Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental ...	104
9.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	104
10. Atendimento de Demandas de Órgão de Controle	107
10.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	107
10.2 Tratamento de Recomendações do OCI	108
10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	113
10.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	113
10.5 Alimentação SIASG E SICONV	114
11 Informações Contábeis	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118

Introdução

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) é órgão da Administração Federal Direta, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Sua missão é promover o uso econômico e sustentável das florestas. O SFB foi criado pela Lei 11.284, de 2 de março de 2006, como o órgão gestor das florestas públicas federais e, dentre suas atribuições, destacam-se a implementação das concessões florestais e do Inventário Florestal Nacional.

Em 2014, o programa de concessões florestais avançou com a assinatura de mais 4 contratos nas Flonas de Saracá-Taquera e Crepori, ambas no Pará, totalizando aproximadamente 280 mil hectares.

Atualmente, existem dez contratos de concessão florestal vigentes, relativos a aproximadamente 480 mil hectares e um processo licitatório em fase final, envolvendo mais 360 mil hectares.

O objetivo do Inventário Florestal Nacional (IFN) é gerar informações sobre os recursos florestais. Até 2014, já foram concluídas as coletas de dados em campo em seis estados (CE, RN, SE, ES, SC e DF) e encontram-se em andamento em mais sete (RS, PR, RJ, BA, PA, MT e RO). Nos treze estados foram medidos 2.396 pontos amostrais, correspondentes a uma área inventariada de cerca de 99.249.380 ha (11,67% do território nacional).

O Relatório de Gestão 2014 do Serviço Florestal Brasileiro apresenta os resultados alcançados pelo órgão no âmbito de suas ações e as informações sobre o planejamento e a gestão orçamentária e financeira da unidade.

Este relatório está estruturado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 134/2013, a Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e a Portaria TCU nº 90/2014.

É importante ressaltar que o SFB possui autonomia administrativa, orçamentária e financeira, conferidas por Contrato de Gestão e Desempenho. Esse Contrato estipula resultados anuais a serem alcançados pelo Serviço Florestal Brasileiro, bem como seus critérios de avaliação. Destaca-se que os recursos humanos do SFB são geridos pelo MMA, o que reflete em vários itens deste relatório relativos a RH, como se verá adiante.

1. Informações sobre a Governança

O Serviço Florestal Brasileiro não possui em sua estrutura unidade de auditoria interna ou de controle interno. Essa unidade encontra-se no Ministério do Meio Ambiente, onde há um representante da CGU, que desempenha a função de controle interno.

Não houve recomendações para o SFB no exercício de 2014.

2. Relacionamento com a Sociedade

2.1 Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), prevista no art. 62 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, tem por finalidade estimular a participação do cidadão no controle e na avaliação da instituição e de seus serviços. Constitui-se, pois, em uma ferramenta capaz de auxiliar a transformação permanente do SFB, uma vez que propicia mudanças e ajustes na prestação dos serviços pelo órgão, em consonância com a demanda social.

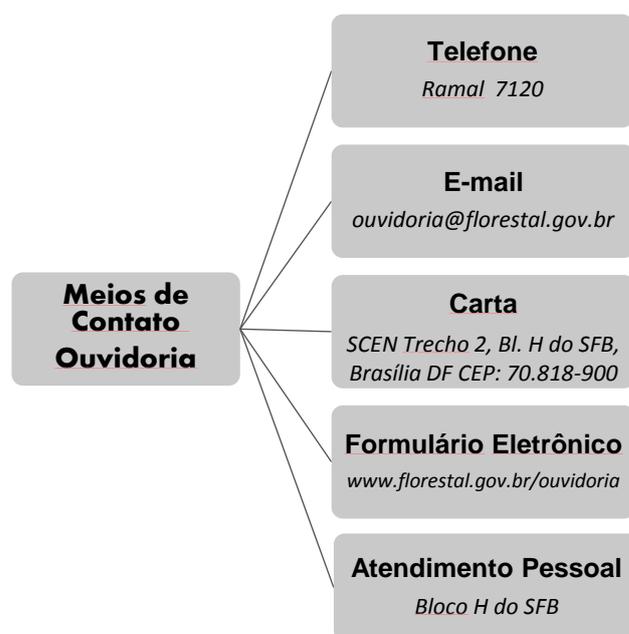
Instalada em 2010, a Ouvidoria do SFB possui as seguintes competências:

- ✓ receber pedidos de informação e esclarecimento, acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações afetas ao SFB e responder diretamente aos interessados, que serão cientificados, em até 30 dias, das providências tomadas;
- ✓ zelar pela qualidade dos serviços prestados pelo SFB e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação do SFB, seja contra a atuação dos concessionários; e
- ✓ produzir, semestralmente e quando julgar oportuno: I) relatório circunstanciado de suas atividades e encaminhá-lo à Diretoria-Geral do SFB e ao Ministro de Estado do Meio Ambiente; e II) apreciações sobre a atuação do SFB, encaminhando-as ao Conselho Diretor, à Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), aos Ministros de Estado do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, bem como às comissões de fiscalização e controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, publicando-as para conhecimento geral.

Trata-se de uma ouvidoria mista, na medida em que recebe, encaminha, acompanha, sistematiza e compila demandas tanto da comunidade interna (servidores, estagiários, prestadores de serviços e consultores) quanto da externa (cidadãos, de forma individual ou coletiva – por intermédio de ONGs, associações, grupos de quilombolas, empresas, concessionários etc.).

No ano de 2014, a Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro recebeu 731 demandas por meio dos seguintes canais de entrada: e-mail, formulário eletrônico, atendimento pessoal, telefone, audiências públicas e encaminhamento por outras áreas do SFB.

Os meios de contato disponibilizados aos cidadãos pela Ouvidoria do SFB são:



O procedimento básico de tratamento das demandas que chegam à Ouvidoria do SFB dá-se da seguinte forma: as manifestações recebidas são encaminhadas às unidades competentes para a elaboração das respostas (gerências, unidades regionais, assessorias, chefia de gabinete e/ou centros especializados). Tal encaminhamento, vale ressaltar, é feito aos titulares das referidas unidades ou, no caso de seu afastamento, aos seus substitutos. A partir de então, a Ouvidoria acompanha o atendimento, monitora os prazos de resposta e mantém o cidadão informado. Tão logo recebe a resposta dessas áreas, ela faz as adequações necessárias no texto, com o fito de tornar claras e compreensíveis as informações, e repassa ao cidadão.

Destaca-se que a interlocução é sempre entre o cidadão e a Ouvidoria, visto que compete a esta a elaboração de resposta, de acordo com o previsto no inciso I do art. 62 da Lei nº 11.284, de 2006.

Procedimento semelhante ao acima citado é o que é adotado nos casos de demandas que são encaminhadas a outros órgãos e entidades públicas (federais, estaduais ou municipais), quando são os competentes para tratar da matéria.

As demandas acolhidas pela Ouvidoria podem possuir natureza distinta, enquadrando-se nas seguintes categorias: solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio.

Pela natureza da comunicação, as demandas recebidas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014 foram divididas, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Demandas recebidas pelo tipo de comunicação (quantidade e percentual) - 2014

Natureza da comunicação	Quantidade	Percentual
Solicitação	665	91%
Reclamação	25	3,4%
Denúncia	24	3,3%

Sugestão	8	1,1%
Elogio	7	0,95%
Sem classificação	2	0,25%
Total geral	731	100

Os meios de entrada de demandas na Ouvidoria do SFB são: e-mail¹; formulário eletrônico²; encaminhamento de demandas por outras áreas ou instituições; atendimento pessoal; telefone; fax e via audiências públicas. A Tabela 2 apresenta as demandas recebidas no ano de 2014 de acordo com os meios de contato utilizados.

Tabela 2. Demandas recebidas pelos canais de entrada (quantidade e percentual) - 2014

Canais de entrada	Quantidade	Percentual
E-mail	295	40,35%
Formulário eletrônico	283	38,7%
Encaminhadas por outras áreas do SFB	99	13,5%
Telefone	30	4,1%
Audiência Pública	15	2,1%
Atendimento pessoal	9	1,25%
Total geral	731	100

De acordo com a origem das demandas, no ano de 2014, houve um forte predomínio das externas, que representaram 95% do montante de demandas recebidas. As demandas internas corresponderam a cerca de 4% do total. Houve 3 demandas apresentadas de forma anônima.

Tabela 3. Demandas recebidas pela origem da comunicação (quantidade e percentual) - 2014

Origem da Comunicação	Quantidade	Percentual
Externo	695	95%
Interno	33	4,5%
Anônima	3	0,5%
Total geral	731	100

Os possíveis status de uma demanda são: respondidas e arquivadas, em andamento ou aguardando maiores informações por parte do demandante. Das demandas recebidas pela Ouvidoria do SFB, em 2014, todas foram devidamente respondidas aos demandantes e arquivadas.

No que se refere ao prazo das respostas aos cidadãos, a Tabela 4 apresenta o tempo de atendimento das demandas pela Ouvidoria do SFB no ano de 2014.

¹ ouvidoria@florestal.gov.br.

² Disponível em www.florestal.gov.br/ouvidoria.

Tabela 4. Demandas recebidas pelo tempo de resposta (quantidade e percentual) - 2014

Tempo de resposta	Quantidade	Percentual
De 1 a 15 dias	417	57%
De 16 a 30 dias	185	25%
Acima de 30 dias	129	18%
Total geral	731	100

2.2 Elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão

Não se aplica.

2.3 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários

No início do ano de 2014, a Ouvidoria do SFB implantou uma pesquisa de satisfação sobre o seu atendimento à sociedade. Desde 1º de janeiro, todos os cidadãos que encaminharam demandas foram convidados a responder um questionário de satisfação.

O objetivo é aferir a qualidade do trabalho desenvolvido e oferecer subsídios para permanente melhoria dos serviços, levando em consideração as percepções dos cidadãos que recorrem à Ouvidoria.

A pesquisa foi disponibilizada por meio da plataforma *LimeSurvey*. Para realizá-la, as pessoas que foram atendidas pela Ouvidoria receberam um e-mail com um link para acessar o questionário, que contém quatro perguntas simples e objetivas e também disponibiliza um espaço para comentários sobre o atendimento.

As informações da pesquisa são utilizadas na elaboração de um relatório anual, que acompanha a qualidade do atendimento prestado pela Ouvidoria.

2.4 Caminho de acesso às informações sobre sua atuação

A Lei nº 12.527/11³ – Lei de Acesso a Informação (LAI), cuja vigência iniciou-se em 16 de maio de 2012, regulamenta o direito constitucional de acesso à informação. Trata-se de uma importante mudança de paradigma em matéria de transparência pública, na medida em que o acesso à informação pública passou a ser a regra, ao passo que o sigilo, a exceção.

A Ouvidoria do SFB é uma unidade que possui robusto conjunto de informações relacionadas à administração do órgão ao qual pertence, com grande experiência no diálogo com o cidadão. Como a citada Lei não define de onde deverão sair os recursos orçamentários para custear estruturas físicas e

³ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

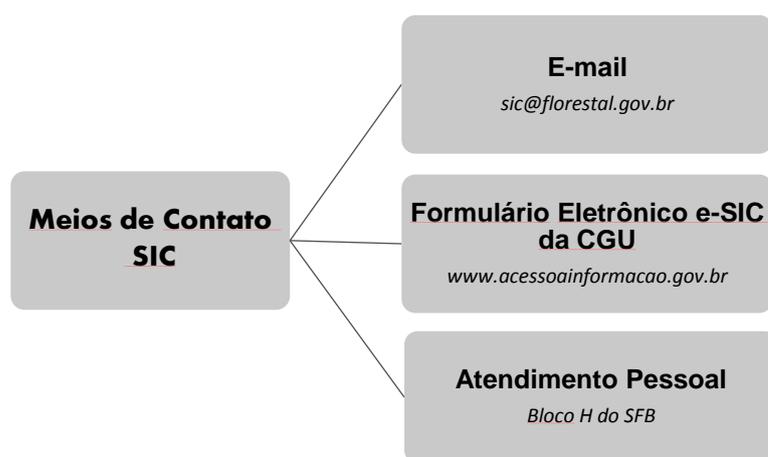
alocar servidores em novo órgão que deverá ser criado para atender às obrigações nela previstas, entendeu a Controladoria-Geral da União (CGU), por intermédio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), que a ouvidoria constituir-se-ia na alternativa mais viável para sua imediata aplicação.

Desse modo, a Direção do SFB atribuiu à Ouvidoria o papel protagonista na implantação da LAI, principalmente com a criação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) na estrutura da Ouvidoria.

A Ouvidoria do SFB é uma das poucas ouvidorias públicas a assumir uma vasta gama de responsabilidades com a entrada em vigor da LAI, quais sejam: coordenar o SIC, coordenar o Grupo de Trabalho criado com vistas a elaborar estratégias para a implementação da LAI e ter sua ouvidora designada como autoridade de monitoramento do art. 40 da Lei.

A LAI⁴ e o seu Decreto regulamentador^{5,6} previram a obrigatoriedade de todos os órgãos e entidades da administração pública criarem seus SIC com o objetivo de atender e orientar o público quanto ao acesso às informações, informar sobre a tramitação de documentos na unidade e receber e registrar pedidos de acesso à informação.

No ano de 2014, o SIC do SFB recebeu 43 pedidos de acesso à informação. Os meios de contato disponibilizados aos cidadãos pela SIC do SFB são:



A Tabela 5 apresenta os pedidos recebidos em 2014 de acordo com os meios de contato utilizados.

Tabela 5. Pedidos recebidos pelos canais de entrada (quantidade e percentual) - 2014

Canais de entrada	Quantidade	Percentual
Sistema e-SIC/CGU	39	91%
E-mail	4	9%
Total geral	43	100

⁴ Inciso I do art. 9º.

⁵ Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

⁶ Art. 9º.

Dos pedidos recebidos pelo SIC do SFB, no ano de 2014, todos foram devidamente respondidos aos demandantes e arquivados. No que se refere ao prazo das respostas aos cidadãos, a Tabela 6 apresenta o tempo de atendimento dos pedidos pelo SIC do SFB.

Tabela 6. Pedidos recebidos pelo tempo de resposta (quantidade e percentual) - 2014

Tempo de resposta	Quantidade	Percentual
De 1 a 10 dias	31	72%
De 10 a 20 dias	10	23,25%
Acima de 20 dias	2	4,75%
Total geral	43	100

Em 2014 não houve recurso interposto por cidadão referente às informações prestadas pelo SIC do SFB.

Além disso, o sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro, <http://www.florestal.gov.br/>, contém todas as informações úteis à sociedade sobre a atuação do órgão, principalmente nos *links* “acesso à informação”, “institucional”, “concessões florestais”, “informações florestais”, “extensão e fomento florestal”, e “florestas comunitárias”.

2.5 Resultados da avaliação do desempenho do SFB na prestação de serviços ao cidadão

Não se aplica.

2.6 Medidas adotadas pelo órgão para o cumprimento das normas relativas à acessibilidade

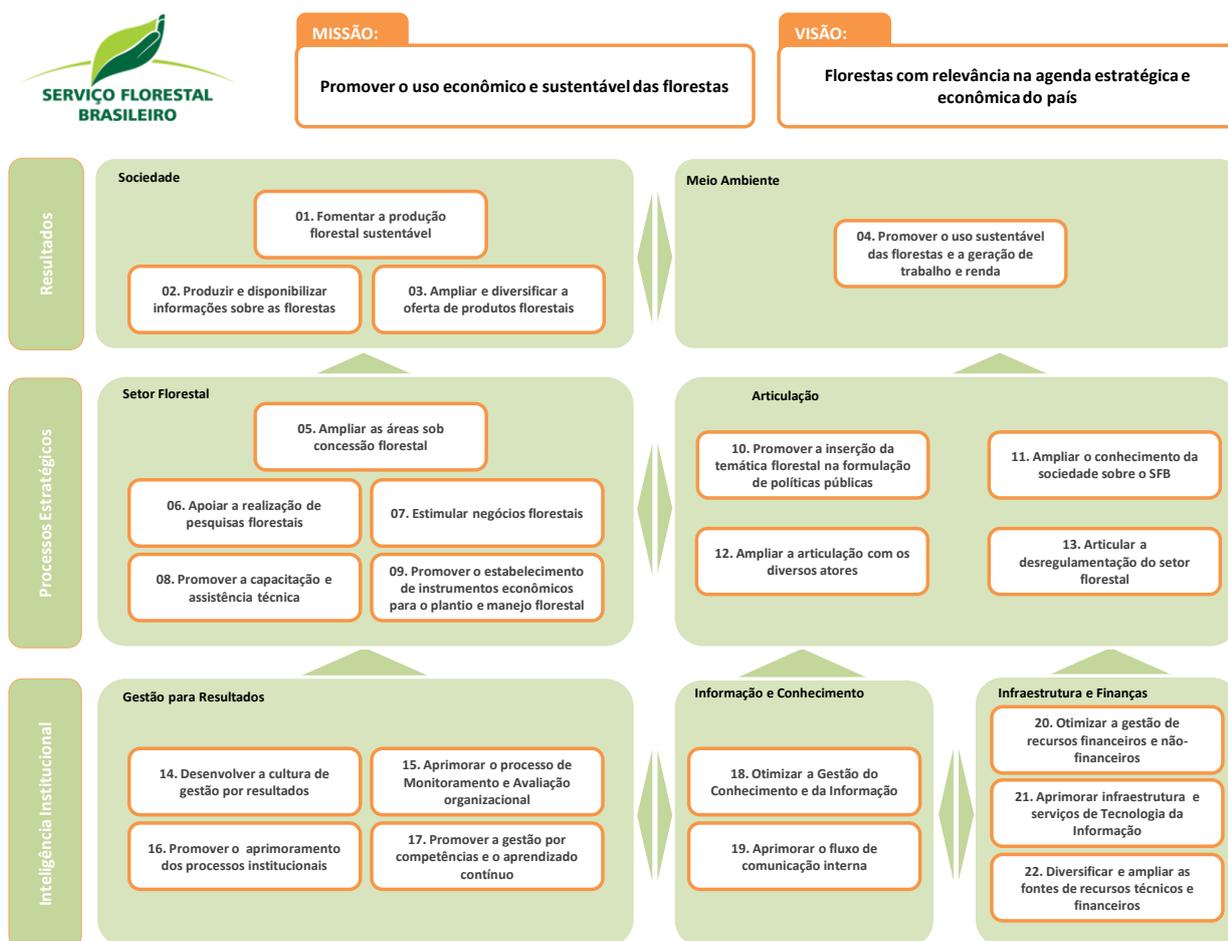
Não se aplica.

3. Planejamento e Resultados Alcançados

4.1 Planejamento

A visão, a missão e os objetivos estratégicos do Serviço Florestal Brasileiro são apresentados no Mapa Estratégico (Figura 2), desenvolvido para os períodos de 2014-2015 e 2016-2019.

Figura 1. Mapa Estratégico do Serviço Florestal Brasileiro.



A fim de implementar seu planejamento e alcançar os objetivos traçados, o SFB elabora o Plano Operacional Anual (POA), em que são definidos os projetos necessários para atingir seus resultados esperados e o orçamento disponível para a sua execução. O POA é monitorado trimestralmente e funciona como instrumento de auxílio à tomada de decisão.

Em 2014, foram aprovados indicadores, a fim de mensurar resultados alcançados, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 1. Indicadores do Serviço Florestal Brasileiro.

Objetivo	Indicador	Unidade de Medida	Responsável
01. Fomentar a produção florestal sustentável	1.1. Área sob manejo florestal sustentável	Hectares	GEFLOC
	1.2. Número de imóveis cadastrados no SICAR	unidade	DFI
02. Produzir e disponibilizar informações sobre florestas	2.1. Boletim analítico sobre economia florestal disponibilizado no SNIF	Unidade	GEPLAN
	2.2. Relatório Florestas do Brasil disponibilizado no SNIF	Unidade	GEINF
	2.3. Relatório do Inventário Florestal Nacional disponibilizado no SNIF	unidade	GEINF
03. Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais	3.1. Produção de madeira em tora por meio das concessões	m ³	GECOF
	3.2. Produção de lenha sustentável na Caatinga	estéreo	GEFLOC
04. Promover o uso sustentável das florestas e a geração de trabalho e renda	4.1. Empregos diretos gerados pelas concessões florestais	Unidade	GECOF
	4.2. Famílias beneficiadas com ATER-florestal ofertada pelo SFB.	Unidade	GEFLOC
05. Ampliar as áreas sob concessão florestal	5.1. Área de floresta concedida	Hectares	GECOF
06. Apoiar a realização de pesquisas florestais	6.1. Artigos publicados com apoio do SFB	Unidade	DPI
07. Estimular negócios florestais sustentáveis	7.1. Empreendimento florestal apoiado pelo SFB.	Empreendimento	GEPLAN
08. Promover a capacitação e assistência técnica	8.1. Pessoas capacitadas pelo SFB	Unidade	GECAF
09. Promover o estabelecimento de instrumentos econômicos para o plantio e o manejo florestal	09.1. Propostas de instrumentos econômicos encaminhadas	Unidade	GECAF
10. Promover a inserção da temática florestal na formulação de políticas públicas	10.1. Recursos orçamentárias destinadas a florestas na LOA	Unidade	DAF
11. Ampliar o conhecimento da sociedade sobre o SFB	11.1. Índice de conhecimento da sociedade sobre o SFB	%	DICOM
12. Ampliar a articulação com os diversos atores	12.1. Instrumentos de cooperação técnica firmados	Unidade	GABINETE
13. Articular a desregulamentação do setor florestal	13.1. Atos normativos simplificados	Unidade	Diretor Geral
14. Desenvolver a cultura de gestão por resultados	14.1. Índice de alcance das metas estratégicas	%	DAF
15. Aprimorar o processo de Monitoramento e Avaliação Organizacional	15.1. Informatização do Planejamento do SFB	Módulo	COGEST
16. Promover o aprimoramento dos processos institucionais	16.1. Processos críticos manualizados	Unidade	DAF
17. Promover a gestão por competências e o aprendizado contínuo	17.1. Capacitação por servidor	Unidade	GEAL
18. Otimizar a Gestão do Conhecimento e da Informação	18.1. Sistemas corporativos implementados	Unidade	GETI
19. Aprimorar o fluxo de comunicação interna	19.1. Grau de satisfação com a comunicação interna	%	DICOM
20. Otimizar a gestão de recursos financeiros e não financeiros	20.1. Índice de execução do orçamentária do POA (Fonte 0100)	%	COGEST
	20.2. Índice de execução do orçamentária do POA (Fonte 0129; 0195; 0196)	%	COGEST
21. Aprimorar a infraestrutura e serviços de Tecnologia da Informação	21.1. Índice de metas do PDTI cumpridas	%	GETI
22. Diversificar e ampliar as fontes de recursos técnicos e financeiros	22.1. Ampliação do orçamento do órgão	%	COGEST

Em 2014, pretendia-se dar continuidade ao projeto, com o desenvolvimento de projetos estratégicos, construção e implementação do plano de monitoramento e avaliação, o mapeamento e reavaliação dos principais processos do órgão e, ainda, a modelagem de sua estrutura. No entanto, com a exoneração do Diretor-Geral em fevereiro de 2014 e a indefinição do cargo até 31 de dezembro de 2014, o projeto não avançou.

4.1.1 Principais Objetivos Estratégicos e Estratégias Adotadas para sua Realização

A. Produzir e disponibilizar informações sobre as florestas

No Brasil, observa-se a necessidade de aperfeiçoamento da geração de informações adequadas e suficientes sobre os recursos florestais, tais como: (i) extensão e condições, (ii) formas de gestão, (iii) cadeias produtivas envolvidas, e (iv) outros aspectos de sua utilização (o papel local dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros e sua comercialização). Há também o desafio de aprimorar a geração de informações sobre a biodiversidade e a densidade de carbono nos principais tipos de florestas, tanto acima como abaixo do solo, mediante o uso de metodologias mais avançadas e dados primários para cada bioma.

A geração de informações florestais padronizadas e sistemáticas representa um subsídio fundamental para a tomada de decisão mais criteriosa pelos setores públicos e privado, em relação ao uso sustentável dos recursos florestais e consequente redução do desmatamento e degradação das florestas e atendimento das metas e informações de convenções internacionais.

A implantação do Inventário Florestal Nacional (IFN), a ampla disponibilização e a disseminação de informação obtida sobre os recursos florestais, e a sua utilização por meio do Sistema Nacional de Informação Florestal (Snif), são ações permanentes de competência legal do Serviço Florestal Brasileiro, estabelecidas para solucionar alguns dos problemas acima descritos.

O Snif foi disponibilizado à sociedade no site do SFB (www.florestal.gov.br/snif) e é composto pelos seguintes temas: recursos florestais; produção florestal; e ensino e pesquisa florestal. Esse Sistema foi construído por meio da reunião e organização de dados coletados em diversas instituições brasileiras, que são atualizados periodicamente. No âmbito do Snif, também foi desenvolvido o sistema de informações do Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), com o objetivo de reunir e disponibilizar as principais informações sobre as atividades de controle florestal exercidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) em atendimento à Resolução Conama nº 379/2006. Em relação ao portal do Sistema Nacional de Informações Florestais, o banco de dados está em fase de elaboração sendo

que aproximadamente 50% do sistema foi entregue (está em teste em ambiente de homologação) e os demais 50% devem ser finalizados em 2015.

O objetivo do Inventário Florestal Nacional (IFN) é gerar informações sobre os recursos florestais, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas de uso e conservação das florestas brasileiras. O IFN produzirá informações sobre os estoques, a composição de espécies, a saúde e a vitalidade das florestas, assim como sobre as mudanças ao longo do tempo, a partir de comparações das estimativas feitas a cada cinco anos. Até 2014, já foram concluídas as coletas de dados em campo em seis estados (CE, RN, SE, ES, SC e DF) e encontram-se em andamento em mais sete (RS, PR, RJ, BA, PA, MT e RO). Nos treze estados foram medidos 2.396 pontos amostrais, correspondentes a uma área inventariada de cerca de 99.249.380 ha (11,67% do território nacional).

No que tange à agregação, publicação e disponibilização de informações florestais, a Gerência de Planejamento Florestal deu continuidade, em 2014, a publicação de boletins econômicos das concessões em operação, bem como promoveu a criação de boletim apresentando o panorama do setor florestal nacional e internacional, atendendo assim aos incisos III e IV, do Art. 55, da Lei 12.284/2006.

Os boletins econômicos das concessões tem uma periodicidade trimestral e agregam informações sobre volumes produzidos, valores pagos, distribuição dos valores que cabem aos estados e municípios, empregos gerados e produtividade da área manejada pelas concessionárias florestais federais.

O Panorama Econômico do Setor Florestal tem uma periodicidade anual e compila dados macroeconômicos relevantes do cenário econômico nacional e internacional. Estes dados são obtidos a partir de sistemas e bases de dados econômicos nacionais e internacionais, tais como os sistemas do Banco Central, SFB, IBGE, MDIC, FMI, MTE, IPEA, ITTO, FGV, ABRAF e outros. Esse panorama visa facilitar o planejamento da gestão principalmente na área florestal, reunindo dados de modo a oferecer aos gestores (públicos e privados) uma base sintética de informações.

No ano de 2014 foram publicados quatro Boletins Econômicos das Concessões abrangendo dados dos anos de 2013 e 2014 e um Panorama do Setor Florestal. Estas publicações tiveram boa receptividade entre os usuários deste tipo de informação.

B. Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais

Idealizada como um instrumento econômico de incentivo à produção sustentável e à conservação ambiental, a concessão florestal encontra-se em fase de consolidação no âmbito da política ambiental brasileira.

Com o primeiro contrato assinado em outubro de 2008, o Brasil possui mais de 480 mil hectares de florestas públicas federais concedidas em quatro Florestas Nacionais, nos Estados do Pará e Rondônia:

dois na Flona de Jacundá (RO), dois na Flona Saracá-Taquera - Lote Sul (PA) e dois na Flona do Crepori (PA).

As concessões de áreas de florestas federais para manejo florestal trazem benefícios econômicos para a população e governos dos municípios e estados que abrigam as Unidades de Manejo Florestal (UMFs), governo federal, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e para todos os setores produtivos envolvidos com a economia florestal.

A Tabela 7 exibe o volume total transportado pelos concessionários florestais e o valor total arrecadado no período de janeiro a dezembro de 2014.

Tabela 7. Volume total transportado e valor arrecadado com as concessões florestais em 2014.

Flona	UMF	Empresa	Transportado (m ³) ¹	Valor arrecadado (R\$) ²
Jamari	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	9.736,81	822.614,58
	III	Amata S/A	20.065,29	630.013,01
Total Jamari			29.802,10	1.452.627,59
Saracá-Taquera	II	Ebata Produtos Florestais Ltda.	27.418,43	3.373.527,08
	III	Golf Indústria, Com. e Export. Madeiras Ltda.	10.879,93	2.248.549,78
Total Saracá-Taquera			38.298,36	5.622.076,86
Jacundá	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	16.324,02	263.414,77
	II	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	3.621,79	1.967,52
Total Jacundá			19.945,81	265.382,29
TOTAL			88.046,27	7.340.086,74

Fonte: SFB (2014).

Notas: ¹ O volume indicado na coluna "Transportado" é referente aquele transportado pelos concessionários no período de 01/01/2014 a 31/12/2014.

² Os valores indicados na coluna "Valor Arrecadado" são referentes aqueles recolhidos em favor da União no período de 01/01/2014 a 31/12/2014.

C. Promover o uso sustentável das florestas e a geração de trabalho e renda

Conservar a cobertura vegetal das florestas brasileiras, por meio da melhoria da qualidade de vida da população que vive em seu entorno e do estímulo à economia formal com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas, é o principal objetivo da política de concessões florestais.

Os municípios e comunidades vizinhos à área concedida são favorecidos com a geração de empregos, investimentos em serviços, infraestrutura, retornos financeiros oriundos do pagamento pelos produtos que foram concedidos e demais benefícios garantidos pelo contrato de concessão.

Além disso, o manejo adequado permite o envolvimento das populações locais, benefícios sociais como geração de emprego direto pelas concessões, além do desenvolvimento da região.

A consolidação dos dados referentes à geração de trabalho e renda pelas concessões florestais no ano de 2014 será realizada após o dia 10 de março de 2015, vez que esta é a data limite para que o concessionário florestal envie ao SFB a documentação necessária à verificação do cumprimento de indicadores técnicos, conforme § 1º, artigo 2º da Resolução SFB nº 05/2011.

D. Ampliar as áreas sob concessão florestal

Em 2014, foram assinados quatro contratos de concessão florestal, em duas Florestas Nacionais no estado do Pará, totalizando 280.318,21, a saber:

- Floresta Nacional Saracá-Taquera – Lote Sul:

UMF IA – 26.898 hectares (concessionária Ebata Produtos Florestais Ltda.)

UMF IB – 59.408 hectares (concessionária Samise Indústria, Comércio e Exportação Ltda.)

- Floresta Nacional do Crepori:

UMF II – 134.148,31 hectares (Brasad´OcTimber Comércio de Madeiras Ltda.)

UMF III – 59.863,90 hectares (Brasad´OcTimber Comércio de Madeiras Ltda.)

Cabe mencionar, ainda, que constavam sob processo licitatório, em 2014, 03 (três) UMFs na Flona do Amana e 4 (quatro) UMFs na Flona de Altamira.

Para a Flona do Amana, o processo de licitação foi considerado deserto, em razão da ausência de apresentação de propostas.

Para a Flona de Altamira, a previsão de encerramento do processo licitatório é 30/04/2015.

E. Apoiar a realização de pesquisas florestais

O Laboratório de Produtos Florestais (LPF), desde sua criação, possui o objetivo básico de desenvolver pesquisas e transferir tecnologias que conduzam à utilização sustentável dos recursos florestais. Nesse sentido, atua dando suporte à gestão de florestas públicas para a produção sustentável e desenvolve ações que visam, principalmente:

1. caracterizar tecnologicamente madeiras, com vistas à classificação em usos finais e à introdução no mercado consumidor;
2. desenvolver técnicas para a adequada utilização e aplicação de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros;
3. introduzir, desenvolver ou adaptar equipamentos e métodos de processamento que maximizem o aproveitamento da matéria-prima florestal e viabilizem a utilização dos resíduos gerados;
4. estudar fontes energéticas alternativas provenientes da biomassa agroflorestal;
5. difundir tecnologias, transferindo os resultados ao setor produtivo e contribuir para o aperfeiçoamento e a capacitação de profissionais de instituições de pesquisa e empresas;
6. acompanhar o rendimento do processamento industrial da madeira, fornecendo subsídios para melhorar seu aproveitamento;
7. contribuir para a elaboração e a utilização de normas técnicas voltadas para a execução de ensaios tecnológicos e para a utilização de produtos agroflorestais e seus controles de qualidade; e
8. prestar serviços técnicos especializados.

Para a consecução de seus trabalhos, o LPF recebeu o aporte de 10 (dez) novos analistas ambientais, durante o ano de 2014, para renovação de seu quadro de pesquisadores, em substituição aos que aposentaram-se ou estão para lograr o benefício no primeiro semestre de 2015. Os novos analistas foram alocados nas diversas áreas de pesquisa.

Ainda durante o exercício de 2014, tivemos a apresentação de 13 novos projetos de pesquisa. Desse total, 8 foram aprovados pelo Comitê Externo, para início de execução em 2015.

F. Promover a capacitação e assistência técnica

Em 2014, as ações educativas em temas florestais foram executadas por meio de capacitações técnica-florestais de extensionistas em cinco instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), localizadas nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Amapá, e inseridas nos biomas caatinga e Amazônia. Os recursos financeiros foram provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).

Como estratégias do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor) para promover a capacitação e a assistência técnica, destacam-se: o desenvolvimento e o compartilhamento de novas tecnologias e informações nos temas de atuação do SFB; o apoio a órgãos/instituições públicos na elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas ao processo de qualificação profissional para o setor florestal; e a elaboração de diretrizes metodológicas e materiais didáticos para as ações.

Como resultado dessas ações, para o primeiro semestre de 2015, serão 123 técnicos que terão acrescentado a sua formação profissional 160h de capacitação em manejo florestal - madeireiro e não madeireiro.

Outro destaque foi a parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) para o desenvolvimento e execução de um curso que relaciona os recursos hídricos com o manejo múltiplo na caatinga. O curso foi elaborado utilizando-se Educação a Distância (EAD), em uma carga horária de 20h. A primeira turma aconteceu em dezembro de 2014 e teve 247 aprovados. Uma segunda turma está prevista para março de 2015. Desta forma, o Cenaflor fortalece as parcerias institucionais e contribui para a implantação das políticas públicas do setor.

G. Aprimorar o processo de monitoramento e avaliação organizacional

Em 2014, a Coordenação de Gestão Estratégica (Cogest), iniciou o desenvolvimento do Sistema de Planejamento do Serviço Florestal Brasileiro, que terá como objetivo o aprimoramento do planejamento do órgão e de seus resultados alcançados.

Todas as informações referentes ao Mapa Estratégico, ao Plano Operacional Anual, ao Plano Plurianual e aos projetos internacionais serão inseridas nesse Sistema, o que possibilitará um maior acompanhamento e controle da execução física e orçamentária das atividades do SFB.

O Sistema de Planejamento será implementado por módulos, e a previsão de término é o final de 2015.

H. Aprimorar a infraestrutura e serviços de tecnologia da informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) tem o objetivo de alinhar as estratégias de negócios do Serviço Florestal Brasileiro às necessidades de Tecnologia da Informação. O Resultado desse processo é um conjunto de metas e ações a serem realizadas visando ao cumprimento da missão do órgão. Deste modo, o PDTI vem sendo um produto de reflexão e diagnóstico acerca do papel da TI, sendo esses serviços uma das alavancas necessárias para potencializar as políticas públicas sob a responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro. Foram consideradas:

- I. As reflexões sobre a missão e visão de futuro da Gerência Executiva de Tecnologia da Informação (GETI) alinhada respectivamente à missão e visão de futuro do SFB;
- II. A busca de respostas às oportunidades e ameaças externas, e aos pontos fracos da GETI;
- III. A identificação dos objetivos e orientações para a TI, alinhadas aos objetivos estratégicos da organização – com uma visão de curto e médio prazo das necessidades das áreas de negócio;

- IV. A identificação das ações operacionais a serem realizadas pela GETI e da estrutura de gestão de TI, em especial pela criação de condições reais, concretas, para a existência da necessária governança, mesmo com as restrições de pessoal técnico vigentes; e
- V. O desenvolvimento de habilidades que assegurem a adequada gestão dos projetos.

A Gerência de TI possui atualmente em seu quadro 06 (seis) servidores, sendo 02 (dois) temporários de nível superior, 02 (dois) efetivos de nível médio, 01 (um) requisitado de nível superior e 1 (um) Gerente Executivo, o que representa uma equipe bastante reduzida e com baixo nível de resolução, haja visto que uma das servidoras de nível médio, por não possuir nenhuma experiência na área, exerce exclusivamente funções administrativas e de fiscalização de alguns contratos de atendimento ao usuário.

Visando a adequação da equipe de TI, foi realizado um estudo detalhado das competências, carências e prospecções de serviços, apresentado no Anexo I do PDTI 2014/2016 – Estudo de Adequabilidade dos Recursos Humanos de TI, pois com os quadros atuais da GETI, caso o SFB fique sem algum contrato com empresas especializadas na prestação de serviços, em face de não renovação contratual e, devido às necessidades de uma instituição com as responsabilidades do Serviço Florestal Brasileiro, corre-se o risco de comprometer a eficiência das políticas públicas empreendidas pelo órgão.

Neste contexto, o Serviço Florestal Brasileiro concluiu cerca de 88% das ações previstas para o ano de 2014 no PDTI 2014/2016, tendo em vista as alterações na legislação, principalmente, os decretos de margem de preferência e a instrução normativa 05/2014, atrasaram os processos de licitações em andamento, o que impossibilitou que as licitações ocorressem no exercício de 2014, gerando o não cumprimento de algumas ações no PDTI.

4.1.2 Demonstração da vinculação do Mapa Estratégico do SFB com o PPA

No Quadro 5 é apresentada a vinculação dos processos do SFB com os objetivos, iniciativas e ações do Plano Plurianual.

Quadro 2. Vinculação do planejamento estratégico (Mapa Estratégico, Figura 2) com as atribuições do SFB e o PPA.

Objetivos Estratégicos - Mapa Estratégico	PROGRAMA 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios				
	Competências	Objetivo PPA	Iniciativa	Ação	Ação Nome
Produzir e disponibilizar informações sobre florestas	Concessão Florestal e Monitoramento de Florestas Públicas	0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.	01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das concessões florestais.	20WC	PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONTROLE DAS CONCESSÕES FLORESTAIS
Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais					
Promover o uso sustentável das florestas e a geração de trabalho e renda					
Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais	Silvicultura	0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.	01JF - Desenvolvimento da silvicultura com espécies nativas e de sistemas agroflorestais.	20WB	PESQUISA E INFORMAÇÕES FLORESTAIS
Promover o estabelecimento de instrumentos econômicos para o plantio e manejo florestal	Fomento	0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)	00OX - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis		
Promover a capacitação e a assistência técnica					
Apoiar a realização de pesquisas florestais	Pesquisa e Transferência de Tecnologia				
Produzir e disponibilizar informações sobre florestas	Cadastro das Florestas Públicas	0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)	00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.	20WD	INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL
	Sistema Nacional de Informações Florestais				
	Inventário Florestal Nacional				
Promover o uso sustentável das florestas e a geração de trabalho e renda	Manejo Florestal Comunitário	0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e o uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.	01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento.	20WA	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL E MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO FAMILIAR

4.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

4.2.1 Relação dos Objetivos do PPA sob responsabilidade do SFB

Objetivo 0471– Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Quadro 3. Objetivo 0471.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.					
Código	0471	Órgão	Ministério do Meio Ambiente			
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.			Código	2036	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014*	d)% Realização (c/a)
-	Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia	hectares	3.000.000	280.318	368.090	12,3%

*Realizada até 2014: Parcela da meta alcançada até 2014, ou seja, a soma das parcelas das metas alcançadas em 2012, 2013 e 2014;

Áreas técnicas diretamente envolvidas: Gerência de Planejamento Florestal, Gerência de Concessões Florestais e Gerência de Monitoramento Florestal.

Em 2014, o programa de concessões florestais avançou com a assinatura de mais 4 contratos nas Flonas de Saracá-Taquera e Crepori, ambas no Pará, totalizando aproximadamente 280 mil hectares.

Também houve avanços no processo licitatório das Flonas de Altamira, Caxiuanã e Itaituba I e II. Para Altamira, tem-se como status final, no ano de 2014, análise das contrarrazões pela Comissão Especial de Licitação (CEL), referentes aos recursos apresentados na fase de proposta técnica.

No caso das Flonas de Caxiuanã e Itaituba I e II, estão abertos os processos de consulta pública e o lançamento do edital está previsto para o ano de 2015.

Atualmente, existem dez contratos de concessão florestal vigentes, relativos a aproximadamente 480 mil hectares (um contrato de 33 mil hectares foi rescindido) e um processo licitatório em fase final, envolvendo mais 360 mil hectares.

Para 2015, existe a previsão de lançamento de 2 editais de licitação, totalizando 475 mil hectares.

Portanto, a previsão é de que o programa alcance aproximadamente 1,3 milhão de hectares em contratos de concessão florestal no ano de 2015.

INICIATIVA: 01J9- Planejamento, Gestão e monitoramento das Concessões Florestais.

Publicação do Plano Anual de Outorga Florestal 2014

O Plano Anual de Outorga Florestal identifica o conjunto de florestas públicas aptas a serem submetidas ao processo de concessão florestal no ano de sua vigência e deve ser publicado até 31 de julho do ano anterior. O PAOF descreve cada área de florestas selecionada, assim como o seu processo de seleção, conforme os critérios estabelecidos na Lei 11.284/2006 e no Decreto 6.063/2007.

O principal objetivo do Plano Anual de Outorga Florestal é disponibilizar à sociedade informações antecipadas sobre as florestas públicas federais passíveis de concessão, os mecanismos utilizados para essa seleção e as concessões em andamento. O processo de elaboração conta com a participação popular por meio de consulta pública via internet e de reuniões com órgãos gestores estaduais, municipais e atores da sociedade civil organizada. Assim, o PAOF materializa-se como um instrumento de planejamento florestal participativo e transparente.

O Plano Anual de Outorga Florestal da União para o ano de 2014 tem como objetivo selecionar e descrever as florestas públicas federais (FPF) passíveis do estabelecimento de unidades de manejo florestal para concessão no período de janeiro a dezembro de 2014, considerando a convergência e o alinhamento com outras políticas públicas da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

O PAOF 2014 foi elaborado com base no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), que, em novembro de 2012, registrava aproximadamente 308 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas – cerca de 226 milhões de hectares de florestas públicas federais, 82 milhões de hectares de florestas públicas estaduais e 82,5 mil hectares de florestas públicas municipais. Os 226 milhões de hectares de florestas públicas federais foram avaliados para concessão florestal, sendo considerados seus impedimentos e restrições legais. Nesse sentido, foram excluídos 98,6% da área total, especialmente terras indígenas, unidades de proteção integral e áreas de uso comunitário.

Dessa forma, como resultado final do processo de seleção de áreas passíveis de concessão florestal em 2014, o PAOF tornou elegível para concessão 4,3 milhões de hectares de florestas públicas federais, distribuídos em onze Florestas Nacionais e duas áreas destacadas de glebas não destinadas, com interesse do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para destinação direta. Essas áreas estão localizadas em quatro estados da Federação: Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.

O Plano Anual de Outorga Florestal 2014 estabeleceu os critérios de acessibilidade ao processo de concessão por pessoas jurídicas de micro, pequeno e médio portes, como forma de promover a equidade na política de gestão de florestas públicas no Brasil. Esse PAOF estabeleceu a inclusão obrigatória de pelo menos duas das categorias de unidades de manejo em cada lote de concessão presente nos editais em 2014, como forma de ampliar a oportunidade de acesso às concessões, sendo uma, obrigatoriamente,

pequena. Da mesma forma, com o objetivo de promover a consolidação de empreendimentos com escalas que permitam a eventual instalação de parques tecnológicos com elevados aportes de capital, o PAOF 2014 estabeleceu que, a cada dois lotes de concessão florestal licitados em 2014, pelo menos um deve conter unidades de manejo de tamanho grande.

Monitoramento das concessões florestais

Dentre as ações realizadas no SFB visando a execução do objetivo de expansão e aprimoramento da produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais está o monitoramento dos contratos de concessões florestais. Esse monitoramento visa, entre outros objetivos, contribuir para a elaboração de estudos que subsidiem o aprimoramento de critérios e propostas de novas ofertas de florestas públicas.

Nessa atividade estão inclusas o monitoramento da execução dos compromissos legais e contratuais, o monitoramento do volume de madeira e das espécies das árvores exploradas nas áreas de concessão florestal, incluindo o controle da cadeia de custódia dos recursos madeireiros explorados. As ações dos concessionários voltadas à proteção da floresta pública, sob concessão, a exemplo daquelas contra incêndios, desmatamentos, invasões e exploração ilegais, além de outras ameaças à integridade e a dinâmica de desenvolvimento das florestas públicas fazem parte do escopo desse trabalho.

No entanto, alguns aspectos desse monitoramento necessitam ser mais desenvolvidos. Um deles é a auditoria florestal independente, que depende de entidades acreditadas perante o Inmetro. Para suprir tal lacuna, o SFB está empenhado junto ao Inmetro, através de um Acordo de Cooperação Técnica na área de avaliação da conformidade das concessões florestais públicas. Este acordo se iniciou no ano de 2010 e no ano de 2013 foi estendido por mais um ano. Apesar de já ser realizado um monitoramento remoto da integridade de áreas de florestas públicas concedidas, se faz necessário o desenvolvimento de metodologias que possibilitem uma mensuração mais apurada dos impactos que essa atividade acarreta. Para tal, esforços estão sendo concentrados para o desenvolvimento de técnicas que permitam essa avaliação utilizando diversos instrumentos de tecnologia de monitoramento remoto.

Para o futuro, espera-se um aumento significativo no número de contratos de concessão a serem monitorados, o que vai demandar melhor estrutura de pessoal, um maior aporte de recursos financeiros e procedimentos mais bem definidos.

Objetivo 0469 – Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Quadro 4. Objetivo 0469.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.		
Código	0469	Órgão	Ministério do Meio Ambiente
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	Código	2036

* Não há metas desse objetivo de responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro.

INICIATIVA 01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos, financeiros e fomento.

A promoção do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, comunitário e familiar, vem sendo desenvolvido através da implementação de ações constantes em vários programas articulados no âmbito do Governo Federal. Pode se dar destaques as ações constantes nos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia e Cerrado e as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e capacitação presentes no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. As ações em todos os programas estão voltadas principalmente para ATER e capacitação com vista ao fortalecimento das capacidades de produção florestal sustentável de empreendimentos na Amazônia, Caatinga e Cerrado. Para garantir essa articulação das políticas, ampliou-se a presença do Serviço Florestal Brasileiro em fóruns de articulação de políticas públicas, tendo representantes no PPCDAM, PPCerrado, PLANAPO, CONACER, PLANAFE, entre outras agendas locais no Pará, na região Nordeste e Centro-Oeste.

Objetivo 0228 – Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Quadro 5. Objetivo 0228.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e dos instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).		
Código	0228	Órgão	Ministério do Meio Ambiente
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	Código	2036

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento	unidade	400	8	150	37,5%

	florestal sustentável.					
2	Implementar o Inventário Florestal Nacional em 27 unidades da Federação.	unidade	27	7	13	48,1%

INICIATIVA 00P2 – Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.

O objetivo 0228 voltado a promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), conta atualmente com metas de fomento a atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável, implementação de acordos de gestão florestal compartilhada entre entes federais e estaduais, autorização de manejo de uso múltiplo de florestas e de implementação do Inventário Florestal Nacional. Somente as metas apresentadas no Quadro 8 são de responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro.

Meta 1

Os resultados atingidos pelas ações do Serviço Florestal Brasileiro em apoiar iniciativas produtivas de desenvolvimento florestal sustentável, por meio das chamadas públicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, embora apareçam como meta do Objetivo Estratégico 0228, a descrição do mesmo não possui relação direta com as atividades realizadas na área de apoio a projetos florestais produtivos e oferta de capacitação, sendo estes os dois principais instrumentos de fomento do Serviço Florestal Brasileiro.

As atividades de fomento realizadas em 2014 pelo FNDF – sejam elas, apoio a projetos produtivos e oferta de capacitação – estão relacionadas: ao Objetivo 0469 – Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda; à Iniciativa 01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento; e à Ação 20WA - Desenvolvimento florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar.

Durante o ano de 2014 houve apoio a 150 projetos, sendo a maior parte contratada nos anos anteriores deste PPA e pagos com restos a pagar, enquanto outros iniciaram sua vigência neste ano. A

maior parte destes projetos foi apoiada com recursos do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima (FNMC) (objetivo 0228). Não foram lançadas chamadas públicas para a seleção de projetos em 2014, por falta de recursos disponíveis, uma vez que os orçamentos disponibilizados de ambas fontes já estavam comprometidos com projetos contratados em anos anteriores.

Destaca-se que o apoio a projetos do FNDF foi realizado com recursos desta fonte, além daqueles provenientes do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e, portanto, as metas atingidas devem também ser contabilizadas no Objetivo 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, Iniciativa 02MM - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima, Programa 2050 - Mudanças Climáticas; Ação 20G4 - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima.

As maiores dificuldades para implementação das ações do FNDF estão relacionadas com a dificuldade de selecionar instituições que realizam capacitação e assistência técnica na área florestal, uma vez que estas atividades ainda são bastante incipientes. Além disto, a contratação dos prestadores de serviço na modalidade de pregão eletrônico permite que empresas sediadas em outras regiões sejam contratadas para prestar serviços em áreas remotas do Nordeste e da Amazônia, o que por vezes, traz atrasos na execução das atividades de campo por questões de logística ou por desconhecimento da realidade local. Devido a complexidade técnica e ao isolamento geográfico das áreas de execução dos projetos, seus custos são elevados, mesmo após realização de processos licitatórios, e o período de apoio é entre um ano e meio a três anos.

Um importante fator limitante para o FNDF foi o orçamento disponibilizado, o qual é incipiente e não permitiu o lançamento de chamadas públicas para seleção de novos projetos em 2014. Desta forma, o orçamento disponibilizado não é compatível com a meta estabelecida. Torna-se necessária a revisão da meta para “Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 150 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável”.

Meta 2

Para a realização do Inventário Florestal Nacional, um conjunto de ações e articulações institucionais são necessárias. Os trabalhos de campo são precedidos de acordos com governos estaduais, acordos com instituições para apoio nas identificações botânicas (em herbários) e análise de solos, além de consultores para controle de qualidade e análise de dados.

Entre os anos de 2012 e 2013 foram assinados oito acordos de cooperação com governos estaduais (CE, RJ, PR, SE, BA, RS, RO e AM) e quatro acordos com universidades (UFC, UFS, UFSM e UFPR) para atuar no apoio ao IFN, e um importante acordo com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, determinando-o como fiel depositário das amostras botânicas coletadas em todo o país. Está em andamento a negociação para assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com mais 14 instituições (Museu Paranaense Emílio Goeldi – MPEG, INPA, CEPLAC, UNEMAT, SEMA/MT, UFRN, SEAMA/SEAG/IDAF/ES, UFG, UFES, UFAC, UFRA, EMBRAPA, UFAM e UNIR).

Em 2014 foram celebrados os contratos com as empresas executoras dos trabalhos de campo de onze estados – Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Mato Grosso e Rondônia. Já foram realizados até o momento 19 cursos, em 11 estados, totalizando 281 profissionais capacitados para os trabalhos de coleta de dados e iniciada a coleta de dados em campo nesses estados. Já foi concluída a coleta de dados nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo. Portanto, pode-se afirmar que o IFN foi concluído nestes estados, que somando-se à SC e ao DF onde o IFN já havia sido concluído, totalizam seis estados com o IFN concluído e mais sete com o IFN implementado, em andamento até dezembro de 2014. Nos treze estados foram medidos 2.396 pontos amostrais, correspondentes a uma área inventariada de cerca de 99.249.380 ha (11,67% do território nacional).

Os trabalhos empreendidos no âmbito do IFN somente foram possíveis devido aos recursos complementares, provenientes dos governos estaduais (SE, CE, RJ, SC, RS e PR) e de projetos externos. No ano de 2014, além dos recursos provenientes dos governos estaduais, houve grande aporte de recursos executados provenientes do projeto GP/BRA/079/GEF e, nos estados da Amazônia, recursos do Fundo Amazônia, por meio do BNDES.

Os dados do IFN nos estados onde já foram concluídas as coletas de dados em campo estão sendo recebidos e validados pelo SFB, por meio de atividades de controle de qualidade. Nos estados onde as identificações botânicas estão sendo concluídas, os dados estão sendo analisados para disponibilização por meio de relatórios estaduais. Amostras botânicas foram coletadas de 126 mil árvores e enviadas para os herbários que participam do IFN. Dessas, cerca de 34 mil já foram identificadas, o que é necessário para o processamento de dados e produção de resultados.

Além disso, cerca de 5.500 pessoas foram entrevistadas sobre o uso dos recursos florestais existentes próximos aos seus domicílios para análises socioambientais relacionadas às florestas e percepções das comunidades rurais.

Ainda em 2014, concluiu-se o módulo de entrada e armazenamento de dados do sistema de informações do IFN e foi elaborado e negociado o projeto “Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado pelos Setores Público e Privado” financiado pelo Fundo de Investimento em Clima – Programa de Investimento Florestal – PIF, com um componente voltado à implementação do IFN nos estados do Cerrado, da ordem de 16 milhões de dólares a serem executados por meio do BID. O projeto foi aprovado e será executado a partir de 2015.

O Serviço Florestal Brasileiro, criado em 2007, ainda carece de um quadro técnico amplo, o que torna necessária a contratação de consultores externos para a execução de atividades ligadas à implementação do Inventário Florestal Nacional – IFN. Medidas para sanar tal situação vêm sendo implementadas, concurso para profissionais temporários foi realizado em 2014. Ademais, deve ser advertida a dificuldade de formalizar parcerias, tanto no nível federal quanto estadual, para que se realizem as diferentes atividades associadas à sua implementação, especialmente a dificuldade de pessoal e estrutura dos herbários para atender à demanda de identificação botânica de milhares de coletas realizadas no âmbito do IFN.

2.2.2 Ações sob responsabilidade do SFB

20WA - Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar

Quadro 6. Ação 20WA.

Identificação da Ação						
Código	10.44102.18.541.2036.20WA.		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar.					
Iniciativa	01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento.					
Objetivo	0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda. Código: 0469					
Programa	2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.					
Unidade Orçamentária	44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.655.000,00	3.655.000,00	3.036.849,45	1.738.681,74	1.738.681,74	0,00	692.386,72
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada		unidade	160	-	133	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Essa ação foi dividida entre três planos orçamentários: 1- capacitação em atividades florestais; 2- apoio a projetos de desenvolvimento florestal sustentável; e 3 – apoio ao manejo florestal comunitário e familiar.

A meta física da ação (160 pessoas beneficiadas) não sintetiza as metas dos planos orçamentários (número de instituições beneficiadas com capacitação; número de projetos apoiados pelo FNDF; número de comunidades atendidas pela assistência técnica), portanto, ela não expressa os resultados da ação.

Quanto aos valores empenhados e liquidados, a não totalidade na execução se deu em função de atrasos na execução de contratos em vigor.

Plano Orçamentário - 001 - Capacitação Em Atividades Florestais

A meta física de 149 pessoas capacitadas foi atingida (foram capacitadas 247 pessoas) considerando os atrasos na execução de projetos contratados em 2013 e parcialmente realizados em 2014, logo, foram utilizados recursos de 2014 e, desta forma, os resultados físicos foram ampliados e, portanto, atingidos.

Relativo à execução financeira, houve atraso na implementação dos contratos, sobretudo, nos produtos finais (relatórios finais de execução), o que gerou insucesso na execução financeira. Os contratos de capacitação têm, geralmente, três fases de implementação: planejamento da ação educativa, execução dos cursos e avaliação dos resultados. Os cursos aconteceram em 2014, contudo, a avaliação dos resultados (produtos finais) ocorrerá somente em 2015. Isso gerou problemas na execução financeira.

Plano Orçamentário - 002 - Apoio A Projetos De Desenvolvimento Florestal Sustentável

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) tem por missão “fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor”. Esse Fundo conta com o Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR), o qual indica temas, públicos e biomas prioritários, modalidades de seleção, formas de aplicação e respectivas disponibilidades de recursos, além da situação da carteira de projetos.

Durante o ano de 2014 foram apoiados 150 projetos, sendo a maior parte contratada nos anos anteriores e pagos com restos a pagar, enquanto outros iniciaram sua vigência no mesmo ano. A maior

parte destes projetos foi apoiada com recursos do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima (FNMC) (objetivo 0228). Não foram lançadas chamadas públicas para a seleção de projetos em 2014 por limitação de recursos.

Os recursos disponíveis no presente plano orçamentário da 20WA foram utilizados para apoiar 6 projetos já vigentes e contavam com parte de suas despesas pagas com recursos de outros exercícios.

As maiores dificuldades para implementação das ações do FNDF estão relacionadas com a dificuldade de selecionar instituições que realizam capacitação e assistência técnica na área florestal, uma vez que estas atividades ainda são bastante incipientes. Além disso, a contratação dos prestadores de serviço na modalidade de pregão eletrônico permite que empresas sediadas em outras regiões sejam contratadas para prestar serviços em áreas remotas do Nordeste e da Amazônia, o que por vezes, traz atrasos na execução das atividades de campo por questões de logística ou por desconhecimento da realidade local. Um importante fator limitante para o FNDF foi o orçamento disponibilizado, o qual é incipiente e não permitiu o lançamento de chamadas públicas para seleção de novos projetos em 2014. Devido à complexidade técnica e ao isolamento geográfico das áreas de execução dos projetos, seus custos são elevados, mesmo após realização de processos licitatórios, e o período de apoio é entre um ano e meio a três anos.

Plano Orçamentário - 003 - Apoio Ao Manejo Florestal Comunitário E Familiar

A estratégia atual para o Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) está focada no apoio a três eixos centrais, por meio da disponibilização de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada para o desenvolvimento de: capacidade de gestão dos empreendimentos; capacidade de produção; e capacidade de comercialização. Essa estratégia demanda uma quantidade maior de recursos, que atualmente vem sendo operados pelo FNDF. Para que essa estratégia possa ganhar escala será necessária a elaboração de um projeto de captação de recursos que permita investimentos mais estruturantes e contínuos em regiões prioritárias para o desenvolvimento das atividades florestais.

Com relação ao Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, houve uma paralisação na elaboração dos Planos devido a problemas de articulação na coordenação do programa entre o MMA e o MDA e a sobreposição de agendas correlatas que foram surgindo posteriormente sob coordenação da Casa Civil, fazendo com que esse Programa não fosse priorizado a partir de 2011. Esse fato foi negativo em termos de articulação de políticas, pois a pauta do extrativismo acabou sobrepondo a discussão do manejo florestal, sendo que dessa forma a questão madeireira, principalmente, acabou ficando sem um lócus de discussão qualificada no governo federal, apesar das discussões estaduais

estarem cada vez mais acirradas, tendo em vista a importância dessa temática principalmente nos Estados da Amazônia.

Com relação à capacidade de ação do Serviço Florestal e possibilidades de maior influência na mudança desse cenário, destaca-se a sobreposição de ações dentro do MMA, MDA e MDS, que levam a uma pulverização de atividades e uma dificuldade de articulação para se atingir resultados mais expressivos. Além disso, percebe-se que o SFB não possui governança sobre as maiores áreas onde são praticadas as ações de MFC, quais sejam, Resex e assentamentos da reforma agrária, o que leva a um grau de dependência muito grande com relação a ação de outros órgãos – ICMBio e INCRA.

20WB - Pesquisa e Informações Florestais.

Quadro 7. Ação 20WB.

Identificação da Ação						
Código	10.44102.18.573.2036.20WB		Tipo: Atividade			
Título	Pesquisa e Informações Florestais.					
Iniciativa	000X - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis.					
Objetivo	0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Código:0228					
Programa	2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios					
Unidade Orçamentária	44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.426.320	3.426.320	1.516.932,10	542.230	542.230	0,00	189.412,90
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Sistema Implantado		%	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			50	50	50	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Essa ação foi dividida em quatro planos orçamentários: 1- desenvolvimento da silvicultura com espécies florestais nativas e sistemas agroflorestais; 2- pesquisa e desenvolvimento florestal; 3- cadastramento de florestas públicas nacionais; e 4- implantação e gestão do sistema nacional de informações florestais (que se relaciona diretamente à meta da ação). Esse último diretamente ligado à meta da ação.

Plano Orçamentário - 001 - Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais

Em 2014, foi contratada a empresa STCP Engenharia de Projetos LTDA, por meio de cooperação internacional celebrada entre o SFB e o banco alemão KfW, cujo objetivo é a promoção e o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental na Amazônia Legal com base na exploração sustentável dos recursos florestais. A empresa STCP foi contratada para realizar estudo técnico de mercado para a atuação de um Centro de Difusão de Silvicultura de Espécies Nativas, com ênfase nos municípios da região de Paragominas (PA), gerando informações sobre o público demandante, mercados, seu futuro e sustentabilidade de investimentos. Este trabalho vem sendo realizado por esta empresa desde agosto de 2014, com a previsão de entrega de três produtos. Até dezembro de 2014, o produto 1 foi entregue. Os demais estão previstos para serem entregues ao longo de 2015.

Plano Orçamentário - 002 - Pesquisa e Desenvolvimento Florestal

Para a execução dos projetos de pesquisa em andamento no Laboratório de Produtos Florestais (LPF), ao longo do exercício de 2014, foram gastos cerca de 70% dos recursos previstos com a aquisição de material, contratação de serviços e compra de equipamentos. Doze projetos foram concluídos durante o exercício e houve a publicação do Livro Madeiras Tropicais Brasileiras, Volume 2, e de dois artigos científicos⁷.

O LPF tem uma significativa atuação educativa, evidenciada pelo constante atendimento, por parte de seus pesquisadores, a convites para ministrar palestras e cursos específicos. Essa ação educativa é complementada pela orientação a alunos de graduação, mestrado e doutorado e pela participação em bancas examinadoras de trabalhos finais de conclusão de curso, dissertações e teses.

Os recursos disponíveis para execução de pesquisa são de pouca monta. No ano de 2014, pouco mais de R\$ 400 mil reais foram disponibilizados para o custeio integral do LPF, incluindo a contratação anual de terceirizados da Carpintaria, e R\$ 55 mil para investimento. Muitas vezes é necessário recorrer a recursos externos, como o exemplo do KfW, de onde foi possível adquirir algumas máquinas. Ademais, invariavelmente, há problemas com a licitação de material de consumo e permanente.

⁷ BRAND, M.A.; MUNIZ, G. I. B.; BRITO, J. O.; QUIRINO, W. F. Influência das dimensões da biomassa estocada de *Pinnus taeda* L.E. e *Eucalyptus dunnii* Maiden na qualidade do combustível para geração de energia. Revista *Árvore*; e TEIXEIRA, D. E.; MELO, J. E.; ANACLETO, J. E. Testing quality of compression bonding to shearing on six brazilian hardwood species. *Scientia Forestalis*.

Durante o exercício de 2014 foi autorizada a aquisição de maquinário para pesquisa por meio do CNPq, o que irá facilitar sobremaneira as futuras compras, embora existam limitações da disponibilidade orçamentária e financeira, visto que será necessário adiantar o recurso integral para que o CNPq proceda à compra. Como exemplo dessa limitação temos para o exercício de 2015, apenas R\$ 50 mil aprovados para investimento, quando a demanda por maquinário ultrapassa os R\$ 300 mil.

Plano Orçamentário - 003 - Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais

Foram cadastrados no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), 314 milhões de hectares de florestas públicas, sendo que ocorreu diminuição de 4,7 milhões de hectares de florestas não destinadas e aumento de 6 milhões de hectares de florestas destinadas, resultando em aumento aproximado de 1,4 milhões de hectares no total de florestas cadastradas em 2014.

Plano Orçamentário - 004 - Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais

Em relação ao portal do Sistema Nacional de Informações Florestais, foram feitas atualizações com informações até o ano de 2013. Muitas informações foram também produzidas para a elaboração dos relatórios internacionais: FRA 2015, UNFF, ITTO.

O banco de dados está em fase de elaboração pela empresa de software Cast, sendo que aproximadamente 50% do sistema já foi entregue pela empresa (está em teste em ambiente de homologação), e os demais 50% devem ser finalizados no início de 2015. Foi adquirida uma ferramenta de processamento de dados, Tableau, que está sendo usada para análises com perspectivas de disponibilização de informação de forma rápida e dinâmica. No âmbito do Portal Nacional de Gestão Florestal (PNGF), foram realizadas ações de manutenção corretiva e evolutiva, principalmente ao módulo de inserção de dados no sistema pelos usuários, proporcionando um controle e padronização da qualidade das informações inseridas. A empresa Cast foi a responsável pela manutenção do sistema, havendo desembolsos no ano de 2014, incluindo orçamento de restos a pagar. O PNGF também integrou informações com o IBAMA por via de um acesso por Webservice ao DOF (Documento de Origem Florestal) que possibilitou a exposição de informações de transporte de produtos de origem florestal no Brasil.

20WC - Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais.

Quadro 8. Ação 20WC.

Identificação da Ação	
Código	10.44102.18.541.2036.20WC Tipo: Atividade
Título	Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais.

Iniciativa	01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das Concessões Florestais.					
Objetivo	0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais. Código: 0471					
Programa	2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.					
Unidade Orçamentária	44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000.000,00	5.000.000,00	4.716.059,03	3.363.689,67	3.363.689,67	0,00	538.214,86
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Área de florestas sob concessão		Hectare	1.750.000	480.154,44	480.154,44	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Sobre o alcance da meta da ação, no primeiro semestre de 2014, foram assinados os contratos de concessão florestal das UMF IA e IB da Flona Saracá-Taquera Lote Sul e UMF II e III da Flona do Crepori, somando 280.318,21 ha. Não houve assinatura de contratos no segundo semestre de 2014.

No total, foram disponibilizados cerca de 480 mil hectares de florestas, concedidos por meio de 10 (dez) contratos de concessão florestal. Além dos acima citados, encontram-se celebrados, atualmente, contratos de concessão florestal nas seguintes Flonas:

- Flona do Jamari: UMF I e III
- Flona Saracá-Taquera: UMF II e III
- Flona de Jacundá: UMF I e II

O processo licitatório da Flona do Amana II foi declarado deserto e o processo licitatório da Flona de Altamira, que no encerramento do ano de 2014, constava sob análise das contrarrazões referentes aos recursos apresentados na fase de proposta técnica, tem previsão de encerramento para abril de 2015.

Para este último, cabe mencionar, como ponto positivo, a intensa disputa entre os interessados que, apesar de acarretar atrasos na finalização do certame, tem evidenciado o grande interesse pela concessão.

A ação 20WC também trata do planejamento e do monitoramento das concessões florestais. Para o planejamento, foram realizadas as seguintes contratações:

- a) Contratação de Serviços Especializados

O serviço especializado de consultoria, contratado em 2012, para elaboração de modelagem de cenários de exploração madeireira para as florestas públicas da Amazônia Brasileira, foi finalizado em 2014, em consonância ao estabelecido no Projeto Executivo aprovado pelo Serviço Florestal Brasileiro, tendo sido o Projeto Executivo, em si, o primeiro produto, o segundo, a elaboração e apresentação do banco de dados customizado, o terceiro o modelo matemático propriamente dito e o quarto um curso de capacitação para 09 servidores do SFB e Ibama.

Os produtos desta contratação se mostraram de extrema importância para o planejamento das concessões florestais, bem como para as análises de economia e mercado florestal.

b) Economia e Mercado Florestal

Com a finalidade de promover a realização de estudos sobre a Economia e o Mercado Florestal e fomentar o debate econômico sobre o uso produtivo e sustentável das florestas brasileiras, o Serviço Florestal Brasileiro iniciou, em 2013, um Termo de Execução Descentralizada com a Escola de Administração Fazendária (Esaf) para realização do Concurso de Monografia I Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal. Em sua primeira versão, o Prêmio SFB, que teve seu período de inscrições entre agosto de 2013 e janeiro de 2014, recebeu 42 (quarenta e duas) monografias, sendo 34 (trinta e quatro) na categoria profissional e 8 (oito) na categoria graduando. Foram recebidos trabalhos de diversos assuntos, tais como tributação, código florestal, comércio internacional e manejo florestal sustentável. As avaliações ocorreram em fevereiro de 2014 por uma banca constituída pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), realizadora do Concurso e foram pagos um valor total de R\$ 28.000,00 aos premiados.

Pelo sucesso alcançado no I Prêmio, o SFB firmou, em 31 de julho de 2014, um novo Termo de Execução Descentralizada com a Escola de Administração Fazendária (Esaf) para realização do Concurso de Monografia II Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal. O Concurso encontra-se em andamento, em fase de análise das monografias recebidas e cuja cerimônia de entrega da premiação acontecerá em março de 2015.

Ainda, com o objetivo de estruturar a área de inteligência de mercado do SFB, em 27/12/2013 foi realizado pregão eletrônico (nº 38/2013) visando à contratação de serviços para análise da evolução da produção, consumo, exportações e importações dos principais produtos relacionados à atividade florestal brasileira, no período de 1980 a 2013, com projeções dessas variáveis para o período de 2014 a 2023. O contrato com a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ/USP) foi assinado em 31/12/2013 e foi finalizado em novembro de 2014. Este estudo trouxe informações importantes para o SFB no sentido de aglutinar informações que antes se mostravam dispersas em várias fontes e, além

disso, projetou os dados colhidos para cenários futuros de 10 anos, o que tem auxiliado as ações e planejamentos do SFB.

O monitoramento das concessões florestais prevê o atendimento de todos os contratos em vigor. Para o ano de 2014, a meta inicial era monitorar cerca de 842 mil hectares. A meta física foi reprogramada para ajustar à área efetivamente concedida até o exercício de 2014, excluindo as áreas da Flona de Amana que não tiveram os contratos de concessão assinados em 2014. Só é possível monitorar as Unidades de Manejo Florestal sob contrato de concessão.

Dos contratos assinados, todos foram monitorados em 2014, a saber: UMF I e III da Flona de Jamari; UMF II e III da Flona de Saracá-Taquera; UMF I e II da Flona de Jacundá; UMF IA e IB da Flona de Saracá-Taquera Lote Sul, e; UMF II e III da Flona de Crepori. O monitoramento dos contratos das Flonas de Saracá-Taquera Lote Sul e Crepori não envolveram atividade de campo, sendo monitoradas apenas as cláusulas contratuais pertinentes. A área da Flona de Altamira não foi monitorada em função de não ter sido concluído no ano de 2014 o processo de licitação. Assim, foram monitorados todos os contratos de concessão assinados até o final do exercício.

20WD - Inventário Florestal Nacional.

Quadro 9. Ação 20WD.

Identificação da Ação						
Código	10.44102.18.541.2036.20WD Tipo: Atividade					
Título	Inventário Florestal Nacional.					
Iniciativa	00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.					
Objetivo	Objetivo: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Código: 0228					
Programa	2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.					
Unidade Orçamentária	44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.317.987	35.887.347	12.449.448,32	532.992,84	532.992,84	0,00	297.079,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Área Inventariada		hectare	200.000	5.000.000	99.249.380	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Em 2014 foram celebrados os contratos com as empresas executoras dos trabalhos de campo de onze estados – Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Mato Grosso e Rondônia. Já foram realizados até o momento 19 cursos, em 11 estados, totalizando 281 profissionais capacitados para os trabalhos de coleta de dados e iniciada a coleta de dados em campo nesses estados. Já foi concluída a coleta de dados nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo. Portanto, pode-se afirmar que o IFN foi concluído nestes estados, que somando-se à SC e ao DF onde o IFN já havia sido concluído, totalizam seis estados com o IFN concluído e mais sete com o IFN em andamento até dezembro de 2014. Nos treze estados foram medidos 2.396 pontos amostrais, correspondentes a uma área inventariada de cerca de 99.249.380 ha (11,67% do território nacional).

4.3 Outros resultados gerados pela gestão

I Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal

O Prêmio SFB em Estudos de Economia e Mercado Florestal foi idealizado em maio de 2013 pela Gerência Executiva de Planejamento Florestal (Geplan) do SFB com o objetivo de fomentar o debate econômico sobre o uso produtivo e sustentável das florestas brasileiras. De fato, esse é um debate ainda tímido no país e o SFB inovou ao lançar um Concurso de Monografias destinado exclusivamente a temas relacionados à economia florestal.

Em sua primeira versão, o Prêmio SFB, que teve seu período de inscrições entre agosto de 2013 e janeiro de 2014, recebeu 42 (quarenta e duas) monografias, sendo 34 (trinta e quatro) na categoria profissional e 8 (oito) na categoria graduando. Foram recebidos trabalhos de diversos assuntos, tais como tributação, código florestal, comércio internacional e manejo florestal sustentável. As avaliações ocorreram em fevereiro de 2014 por uma banca constituída pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), realizadora do Concurso e foi pago um valor total de R\$ 28.000,00 aos premiados.

Com o objetivo de celebrar o sucesso na realização do I Prêmio, o SFB e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), instituição com a qual o SFB vem se aproximando institucionalmente visando à construção de uma agenda positiva para o setor florestal, idealizaram a cerimônia de entrega da premiação aos vencedores que ocorreu no dia 21 de março de 2014, com a presença de autoridades e expoentes do setor, dentre eles o Secretário Executivo do MMA, Sr. Francisco Gaetani.

4.4 Identificação dos resultados dos indicadores

Os indicadores do Serviço Florestal Brasileiro foram elaborados e aprovados em 2014. No entanto, com a exoneração do Diretor-Geral em março de 2014 (e a não nomeação de novo), os indicadores não foram acompanhados no exercício anterior.

4.5 Projetos Financiados com Recursos Externos

4.5.1 Projeto GCP/BRA/079/GEF

Em 2011, o SFB obteve aprovação do GEF (*Global Environment Facility*), para o Projeto GCP/BRA/079/GEF4 – Fortalecimento do Marco Nacional de Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais, que prevê um montante de US\$ 8,8 milhões em recursos financeiros não reembolsáveis, tendo a FAO como agência implementadora. Seu período de execução é de 2011 a 2016.

Os principais produtos do Projeto são: 1) Marco nacional para monitoramento e avaliação dos recursos florestais e uso do solo (incluindo biodiversidade e carbono em florestas) e para análise e tomada de decisões estratégicas estabelecido e em operação; 2) SFB e parceiros com capacidade para coleta e análise de informação sobre recursos florestais e para influenciar o desenvolvimento de políticas mais efetivamente; 3) Informação sobre recursos florestais, e uso e cobertura do solo disponibilizada e amplamente utilizada por clientes em nível nacional e local e para reportes em fóruns internacionais; 4) Medidas de adaptação/mitigação da conservação da biodiversidade, MFS e mudanças climáticas são integradas nas políticas, planos e práticas em setores relevantes em nível nacional e regional.

Os resultados alcançados até agosto de 2014 são: Acordos de Cooperação Técnica celebrados com 12 governos estaduais; arranjos institucionais com 6 instituições de pesquisa; comissão técnica criada; comissão consultiva criada; protocolos para coleta de campo e para monitoramento e estimativa de carbono estabelecidos; 13 estados envolvidos com o monitoramento de carbono; cerca de 200 técnicos capacitados na metodologia do IFN; manual de campo do IFN atualizado; protocolo para coleta de solos atualizado; 4 contratos para coleta de campo celebrados; 409 pontos levantados; cerca de 12.300 coletas botânicas realizadas e 2700 identificações botânicas realizadas; dois simpósios nacionais sobre inventário florestal realizados. Total gasto GEF= USD 4.985.000.

4.5.2 Projeto FIP

Em 2013, foi aprovado o Plano de Investimentos do Brasil junto ao *Forest Investment Program* (FIP), que inclui recursos para realização do Inventário Florestal Nacional em todo bioma Cerrado, da

ordem de US\$ 16 milhões em recursos financeiros não reembolsáveis. Este projeto ainda está em fase de assinatura e terá o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como agência implementadora.

4.5.3 Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – KFW

O Projeto KFW é um acordo de Cooperação Financeira entre Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em 16 de dezembro de 2011, com execução de 4 anos, com a previsão de financiamento alemão, a partir de recursos não reembolsáveis, da ordem de 9.019.771,44 de Euros.

O projeto conta com contribuição financeira não reembolsável, tendo como executor o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e, como co-executor, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O SFB é responsável pela execução dos componentes 1, 3, 4, 5 e 6 e o ICMBIO responsável pelo componente 2.

O Governo Brasileiro participa com contrapartida não financeira. Tem como objetivo promover a gestão de florestas nacionais e fomentar o uso sustentável dos recursos florestais na área de abrangência do projeto, qual seja, a região de influência da BR-163 e a região Purus/Madeira.

Principais Produtos:

Componente 1: Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal Brasileiro

Resultado: Unidades regionais e bases operacionais do SFB instalados, equipados e em funcionamento.

Componente 2: Implementação de Florestas Nacionais – FLONAS (ICMBio)

Componente 3: Treinamento e Capacitação para o Manejo Florestal

Resultado: Engenheiros, técnicos, operários, comunitários e tomadores de decisão (servidores públicos e lideranças) capacitados em Manejo Florestal Sustentável (exploração de impacto reduzido).

Componente 4: Difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas

Resultado: Sistemas de produção silvicultural com espécies nativas difundidos e adotados por proprietários da região de influência da rodovia BR-163.

Componente 5: Difusão tecnológica para a utilização de resíduos florestais para a produção de energia

Resultado: Resíduos florestais provenientes do manejo florestal e do beneficiamento primário de madeira aproveitados para a geração de energia.

Componente 6: Coordenação do Projeto

Resultado: Projeto coordenado e implementado de forma eficiente e em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

Andamento da execução

A aplicação dos recursos (componente 1) foi destinada à prestação de serviços de topografia (planialtimetria) de terreno destinado à construção da sede da UR Distrito Florestal Sustentável BR-163, em Santarém (PA); prestação de serviços de topografia (planialtimetria) e serviços de sondagem de solo no terreno destinado à construção da sede da UR Purus Madeira, Porto Velho (RO); e prestação de serviços de sondagem de percussão de solo, do terreno onde será construída a sede da UR BR-163, Santarém (PA).

Além disso, em agosto de 2014, após licitação internacional, foi assinado contrato entre o KfW e a Consultoria (Consórcio IP Consult, Niras e Detzel Consulting) para prestação de serviços de apoio à gestão do projeto. As atividades da consultoria tiveram início em 27 de agosto de 2014.

4.5.4 Fundo Amazônia

Em janeiro de 2013 foi celebrado o contrato de Concessão Financeira Não Reembolsável com o BNDES, no valor de R\$ 65 milhões e duração de quatro anos. Esse contrato conta com recursos do Fundo Amazônia e trata do projeto “Inventário Florestal Nacional: implementação de um sistema de monitoramento florestal para o bioma Amazônia”. Esse projeto visa implementar o Inventário Florestal no bioma Amazônia, como um sistema de monitoramento florestal contínuo e capaz de produzir informações sobre os recursos florestais, com o objetivo de fundamentar a formulação, implementação e execução de políticas públicas e projetos de uso e conservação desses recursos.

A execução desse contrato ficou pendente da forma em que seriam internalizados os recursos na conta única do Tesouro Nacional, por se tratar da primeira operação por parte do Fundo Amazônia com um ente federal. A execução financeira dos recursos do Fundo Amazônia foi iniciada em dezembro/2013 e estão em processo de contratação as empresas para coleta de dados em campo em parte dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e todo estado de Rondônia.

5 Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Programação e Execução das Despesas

5.1.1 Programação das despesas

Quadro A.5.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO: 44102		UGO: 440088	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		18.136.602,00		53.341.702	
CRÉDITOS	Suplementares		3.266.738,00		
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		81.858.262,00			
Dotação final 2013(B)		54.589.535,00			
Variação (A/B-1)*100		49,95			
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 – Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		6.964.220,00			
CRÉDITOS	Suplementares		149.000,00		
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		7.113.220,00			
Dotação final 2013(B)		4.605.000,00			
Variação (A/B-1)*100		54,46			

5.1.1.1 Análise Crítica

Na avaliação das dotações do exercício corrente em relação às dotações do exercício anterior, observamos o acréscimo de 49,95% no grupo de despesas correntes (custeio) e um acréscimo de 54,46%

no grupo de despesas de capital (investimento), que se deve pelo ingresso de recursos originários de instituições financeiras de governo estrangeiro, por meio de operações de crédito.

Quadro A.5.1.1.2 – Movimentação Orçamentária Interna Por Grupo De Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos		440002	09.272.0089.0181	779.815,00		
		440002	18.122.2124.09HB	3.073.221,00		
		440002	18.122.2124.20TP	18.330.119,00		
		440002	18.301.2124.2004			188.000,00
		440002	18.306.2124.2012			678.000,00
		440002	18.331.2124.2011			53.280,00
		440002	18.365.2124.2010			28.000,00
		440002	18.541.2036.20WA			232.555,50
		440002	18.541.2036.20WC			3.025.728,72
		440002	18.541.2036.20WD			291.462,26
		440002	18.573.2036.20WB			600.408,72
		440002	18.331.2124.00M1			20.000,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Os valores apresentados acima se referem às descentralizações internas entre Unidades Orçamentárias do mesmo órgão, objetivando o pagamento da despesa com pessoal, encargos sociais, benefícios e pagamento de pessoal por contratado temporário lotado no SFB.

Os pagamentos de pessoal realizados pela UG 440022 (CGGO/SPOA/SECEX/MMA) – Ministério do Meio Ambiente (MMA) encontram-se em conformidade com as determinações do Contrato de Gestão e de Desempenho firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o SFB.

Quadro A.5.1.1.3 – Movimentação Orçamentária Externa Por Grupo De Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes

Concedidos		170009	18.541.2036.20WC			111.859,63
Recebidos		440094	18.541.2036.20WA			750.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

A descentralização à UG 170009 se referem às descentralizações externas à Escola de Administração Fazendária-ESAF para realização de concurso de monografia sobre o tema: “Estudos de Economia e Mercado Florestal”.

A descentralização efetuada na UG 440094 Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal-FNDF, refere-se a repasse externo ao Projeto UTF/BRA/081/BRA/FAO-Projeto de Consolidação do Programa Nacional de Florestas.

Realização da Despesa

Realização da Despesa com Créditos Originários

5.1.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação

Quadro A.5.1.2.1 – Despesas Por Modalidade De Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.995.973,80	3.395.216,52	5.995.973,80	3.395.216,52	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	5.995.973,80	3.395.216,52	5.995.973,80	3.395.216,52	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	916.406,95	990.664,58	916.406,95	990.664,58	
h) Dispensa	881.942,46	915.373,43	881.942,46	915.373,43	
i) Inexigibilidade	34.464,49	75.291,15	34.464,49	75.291,15	
3. Regime de Execução Especial	32.712,16	24.077,01	32.712,16	24.077,01	
j) Suprimento de Fundos	32.712,16	24.077,01	32.712,16	24.077,01	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	21.154.514,20	15.842.242,35	21.154.514,20	15.835.299,65	
k) Pagamento em Folha	20.935.824,77	15.623.276,43	20.935.824,77	15.616.333,73	
l) Diárias	218.689,43	218.965,92	218.689,43	218.965,92	
5. Outros	5.250.721,89	23.401.931,06	5.245.996,89	23.394.988,36	
6. Total (1+2+3+4+5)	33.350.329,00	43.654.131,52	33.345.604,00	43.640.246,12	

5.1.3 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro A.5.1.3.1 – Despesas Executadas Diretamente Pela Uj, Por Modalidade De Contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.249.735,95	3.140.156,78	5.249.735,95	3.140.156,78	
a) Convite					

b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	5.249.735,95	3.140.156,78	5.249.735,95	3.140.156,78
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	909.706,95	986.703,44	909.706,95	986.703,44
h) Dispensa	875.242,46	911.412,29	875.242,46	911.412,29
i) Inexigibilidade	34.464,49	75.291,15	34.464,49	75.291,15
3. Regime de Execução Especial	32.712,16	24.077,01	32.712,16	24.077,01
j) Suprimento de Fundos	32.712,16	24.077,01	32.712,16	24.077,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	196.425,67	218.965,92	196.425,67	218.965,92
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	196.425,67	218.965,92	196.425,67	218.965,92
5. Outros		190.885,62		190.885,62
6. Total (1+2+3+4+5)	6.388.580,73	4.560.788,77	6.388.580,73	4.560.788,77

5.1.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro A.5.1.4.1 – Despesas Por Grupo E Elemento De Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Serviço Florestal Brasileiro					Código UO: 44102		UGO: 440088	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
11-Vencimentos e vantagens fixas-Pessoal Civil	18.330.19,00	12.976.533,96	18.330.119,00	12.976.533,96	-	-	18.330.19,00	12.976.533,96
13-Obrigações Patronais	3.073.221,00	2.232.487,49	3.073.221,00	2.232.487,49	-	-	3.073.221,00	2.225.544,79
01- Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor.Militar	779.815,00	337.606,74	779.815,00	337.606,74	-	-	779.815,00	337.606,74
Demais elementos do grupo	20.000,00	76.648,24	20.000,00	76.648,24	-	-	20.000,00	76.648,24
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
04-Contratação por tempo determinado	3.335.875,10	6.519.205,11	3.335.875,10	6.519.205,11	-	-	3.335.875,10	6.519.205,11
39-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	16.859.816,49	4.631.849,10	2.098.356,40	2.164.673,75	2.098.193,65	2.467.175,35	14.761.460,09	2.164.673,75
37-Locação de Mão de obra	2.731.755,10	1.727.375,73	2.128.602,67	1.234.483,35	2.128.602,67	492.892,38	603.152,43	1.234.483,35
Demais elementos do grupo		2.605.198,66		2.000.057,20		605.141,46		2.000.057,20
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
52-Equip. e Material Permanente - OP.Intra-Orç.	222.118,75	562.494,22	198.118,36	371.070,08	24.000,39	191.424,14	198.118,36	371.070,08
39-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	447.405,26	128.346,91	49.450,00	110.496,91	387.955,26	17.850,00	49.450,00	110.496,91
51-Obras e Instalações - OP.Int.Orç.	473.624,74	-	132.204,62	-	351.420,12	-	132.204,62	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

5.1.5 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

QUADRO A.5.1.5.1 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Unidade Orçamentária:				Código UO:		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
11-Vencimentos e vantagens fixas-Pessoal Civil	18.330.199,00	12.976.533,96	18.330.19,00	12.976.533,96	-	-	18.330.19,00	12.976.533,96
13-Obrigações Patronais	3.073.221,00	2.232.487,49	3.073.221,00	2.232.487,49	-	-	3.073.221,00	2.225.544,79
01-Aposent. RPPS, Reser. Remuner. E Refor.Militar	779.815,00	337.606,74	779.815,00	337.606,74	-	-	779.815,00	337.606,74
Demais elementos do grupo	20.000,00	76.648,24	20.000,00	76.648,24	-	-	20.000,00	76.648,24
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
04-Contratação por tempo determinado	3.335.875,10	6.519.205,11	3.335.875,10	6.519.205,11	-	-	3.335.875,10	6.519.205,11
39-Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	16.859.816,49	4.631.849,10	2.098.356,40	2.164.673,75	2.098.193,65	2.467.175,35	14.761.460,09	2.164.673,75
37-Locação de Mão de Obra	2.731.755,10	1.727.375,73	2.128.602,67	1.234.483,35	2.128.602,67	492.892,38	603.152,43	1.234.483,35
Demais elementos do grupo	-	2.605.198,66	-	2.000.057,20	-	605.141,46	-	2.000.057,20
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
52-Equip. e Material Permanente – OP.Intra-Orç.	222.118,75	562.494,22	198.118,36	371.070,08	24.000,39	191.424,14	198.118,36	371.070,08
39-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	447.405,26	128.346,91	49.450,00	110.496,91	387.955,26	17.850,00	49.450,00	110.496,91
51-Obras e Instalações-OP.Int.Orç.	473.624,74	-	132.204,62	-	351.420,12	-	132.204,62	-
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								

1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

5.1.6 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.5.1.6.1 – Despesas Por Modalidade De Contratação – Créditos De Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

5.1.7 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.5.1.7.1 – Despesas Por Grupo E Elemento De Despesa – Créditos De Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39-Outros Serviços de PJ	2.897.55 9,43	3.278.88 9,35	460.365, 22	183.779, 80	2.437.19 4,21	3.095.10 9,55	460.365, 22	183.779 ,80
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

5.1.7.2 Análise Crítica da Realização da Despesa:

A modalidade de licitação mais utilizada em 2014 foi o pregão, pois é a mais simples e rápida para atender aos mais diversos objetivos do SFB, desde a compra de equipamentos de informática até a seleção de prestadores de serviço para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

Houve corte de limite orçamentário, no valor de R\$ 2.405.000,49. Assim, o SFB passou a trabalhar com um orçamento limitado. Foi preciso um controle mais rigoroso na rotina de emissão empenhos dos contratos administrativos. Em dezembro, houve a recomposição de limite, no valor de R\$ 1.300.000,00, o que permitiu emitir os empenhos necessários à execução dos contratos, deixando-os em Restos a Pagar.

O SFB executou 93% do seu orçamento, nas fontes 0100 e 0129, levando em consideração a cota de limite orçamentário, o montante de R\$ 16.131.730,81 (dezesseis milhões, cento e trinta e um mil, setecentos e trinta reais e oitenta e um centavo).

Em relação à eficiência na execução orçamentária do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), a execução esteve em estrita conformidade com o que está estabelecido no Plano Plurianual (PPA), na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nas demais legislações correlatas.

Os procedimentos orçamentário-financeiros estão de acordo com os princípios da administração pública, permitindo ao Serviço Florestal Brasileiro alcançar, no limite orçamentário imposto, o seu objetivo de gerir as florestas públicas brasileiras.

5.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Não houve

5.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não Houve

5.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

Quadro A.5.4.1 – Restos A Pagar Inscritos Em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	6.094.743,93	3.618.325,58	-	2.476.418,35
2012	6.543.883,57	3.292.838,74	237.814,66	3.013.230,17
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	-	-	-	-
2012	217,23	217,23	-	0,00
...				

Os Restos a Pagar do SFB se concentram principalmente no Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, em que o pagamento segue um cronograma de entrega de produtos pelas empresas contratadas.

Os empenhos passíveis de inscrição em Restos a Pagar foram analisados de acordo com os dispositivos legais e regulamentares pertinentes, em especial com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, e os artigos 35, 67 e 68 do Decreto nº 93.872/1986.

5.5 Transferências de Recursos

Quadro A.5.5.1 – Caracterização Dos Instrumentos De Transferências Vigentes No Exercício De Referência

Posição em
31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Serviço Florestal Brasileiro – SIAFI 44102									
CNPJ: 37.115.375/0008-8					UG/GESTÃO: 440075/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	762342/2011	11.822.269/001-70	1.455.464,60	405.464,60	0	1.050.000,00	2011	2015	1
3	2209.08878/2013-13	02.317.176/001-05	132.075,00	0	35.680,00	35.680,00	2013	2014	1
3	2209.006235/2014-16	02.317.176/001-05	132075,43	0	83.827,50	83.827,50	2014	2015	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte:									

5.5.1 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.5.1.1 – Resumo Dos Instrumentos Celebrados Pela Uj Nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Serviço Florestal Brasileiro – código SIAFI 44102					
CNPJ:	37.115.375/0008-8					
UG/GESTÃO:	440075/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	1	1	83.827,50	35.680,00	31.429,73
Termo de Compromisso						
Totais	1	1	1	83.827,50	35.680,00	31.429,73

Fonte:

5.5.2 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.5.5.2.1 – Resumo Da Prestação De Contas Sobre Transferências Concedidas Pela UJ Na Modalidade De Convênio, Termo De Cooperação E De Contratos De Repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Serviço Florestal Brasileiro código SIAFI 44102				
CNPJ: 37.115.375/0008-8		UG/GESTÃO: 440075/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	1
		Montante Repassado	562.000,00	83.827,50
2013	Contas Prestadas	Quantidade	1	1
		Montante Repassado	100.000,00	172.707,13
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2012	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

Fonte:

5.5.3 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.5.5.3.1 – Visão Geral Da Análise Das Prestações De Contas De Convênios E Contratos De Repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			1
		Montante Repassado (R\$)			132.075,43
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		1
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		172.707,13
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1
Montante Repassado (R\$)			562.000,00		
2013	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado			
Fonte:					

5.5.4 Análise Crítica

O Convênio nº 736531/2010 encontra-se em fase final de prestação de contas.

5.6 Suprimento de Fundos

5.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.5.6.1.1 – Concessão De Suprimento De Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014							
2013							
2012							

Fonte:

5.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro A.5.6.2.1 – Utilização De Suprimento De Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014								
2013								

Fonte:

5.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro A.5.6.3.1 – Classificação Dos Gastos Com Suprimento De Fundos No Exercício De Referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
440075	SFB	33.90.30	3	49,49
			4	613,88
			7	250,00

			11	90,00
			16	18,26
			17	41,90
			19	1.005,10
			21	473,39
			22	100,00
			24	1.573,24
			25	479,50
			26	1.756,17
			29	1.052,16
			35	214,55
			42	404,44
			44	210,00
			Total	8.122,08
440075	SFB	33.90.39	5	400,00
			8	750,00
			10	450,00
			12	300,00
			14	898,60
			16	1.084,00
			17	6.554,00
			19	125,00
			20	30,00
			25	454,73
			56	3.235,00
			57	780,00
			69	21,00
			78	1.960,00
			79	100,00
			83	80,00
			97	930,00
			Total	18.152,33
440075	SFB	33.90.36	35	3.003,97
			16	688,20
			22	1.256,87
				4.949,04
440075	SFB	44.90.52.	35	285,00

5.6.4 Análise Crítica

Observa-se um aumento no uso de suprimento de fundos no exercício de 2014 cerca de 50% em relação ao exercício de 2013. A justificativa pelo aumento se deve ao fato de que, à exceção da sede e da Unidade Regional Purus Madeira, em 2014 as demais Unidades Regionais não contaram com contrato de suporte de Tecnologia da Informação, pois o processo para realização de licitação para contratação de empresa especializada para este fim não foi concluído naquele exercício. Ademais, as Unidades Regionais não possuem contrato de manutenção predial, sendo necessária a realização de pequenos reparos de natureza extraordinária devido a problemas resultantes do exercício regular do uso dos imóveis onde estão sediadas.

Em se tratando de gasto por natureza de despesa (ND), o código 33.90.39 foi o mais utilizado, representando pouco mais de 50% do total geral. Observa-se que o subitem 17 – manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, que representa cerca de 36% dos gastos efetuados na referida ND, foi muito utilizado para manutenção de equipamentos de comunicação do órgão danificados pelas quedas de energia e oscilação na rede elétrica, devido a fortes chuvas e falta de manutenção permanente ocorridas no exercício passado.

Com relação ao uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) na modalidade de saque, em 2014 observa-se uma discreta redução de saque em relação ao exercício de 2015. Ressalta-se que todos os saques são devidamente justificados pelo suprido e que tais justificativas se encontram nos autos dos respectivos processos. De maneira geral, as justificativas apresentadas pelo suprido da Unidade Regional Nordeste, localizada em Natal (RN), para o uso da modalidade de saque resumem-se pela dificuldade de as empresas locais não possuírem máquinas de cartão de crédito. Já o suprido da Unidade Regional BR 163 utiliza tal modalidade devido a viagens a locais longínquos em pequenas comunidades no interior do Pará, que nem sequer possuem agência bancária.

Ressalta-se que houve aquisição de um único item classificado como material permanente feita pela Unidade Purus Madeira, qual seja: roteador *Wireles* TP – LINK 150MBPS WR740N. A aquisição foi realizada para a substituição emergencial do roteador danificado em decorrência de descarga elétrica ocorrida na referida Unidade. Tal despesa foi autorizada tendo em vista que a não substituição do equipamento causaria paralisação das atividades da UR.

Com relação às prestações de contas, de uma maneira geral, todas foram analisadas e aprovadas pelo ordenador por atender aos aspectos da legalidade, bem como contabilmente fechadas no exercício de 2014. A única ressalva a não aprovação da despesa executada no valor de R\$ 600,00, para reestruturação de fiação e cabeamento de cerca elétrica para conserto do portão da Unidade Regional Nordeste. O referido valor foi restituído aos cofres públicos pelo suprido, o servidor Newton Barcellos, Chefe da Unidade.

5.7 Renúncias sob a Gestão da UJ

5.7.1 Benefícios Financeiros e Creditícios

Quadro A.5.7.1.1 – Benefícios Financeiros E Creditícios Geridos Pela Uj Ou Benefícios Financeiros E Creditícios Estimados E Quantificados Pela UJ

Item	Legislação	Objetivos Socioeconomicos	2014	2013	Var. % 2014/2013
1 - Financeiros					
2 - Creditícios					
3 - Total					

5.7.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica

5.7.3 Renúncias Tributárias

5.7.3.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ – Identificação.

Quadro A.5.7.3.1.1 – Renúncias Tributárias Sob Gestão Da Uj – Renúncias Tributárias Estimadas E Quantificadas Pela UJ

Tributo/Contribuição Gasto Tributário	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação

Fonte:

Tributo/Contribuição Gasto Tributário
I. Imposto sobre importação
1. Zona Franca de Manaus
2. Áreas de livre comércio
3. Máquinas e equipamentos - Aquisições do CNPq

5.7.3.2 Valores Renunciados e Contrapartida

Quadro A.5.7.3.2.1 – Valores Renunciados E Respectiva Contrapartida

Gasto Tributário:						
Valores	2014		2013		2012	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia						
Contrapartida						
Medidas de Compensação						

Fonte:

5.7.3.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

Quadro A.5.7.3.3 – Valores Renunciados Por Tributo E Gasto Tributário – 2014-2012

Tributo Contribuição Gasto Tributário	2014			2013			2012		
	Renúncia		Medidas de Compensação	Renúncia		Medidas de Compensação	Renúncia		Medidas de Compensação
	Projetado	Estimado		Projetado	Estimado		Projetado	Estimado	

Fonte:

5.7.3.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

Quadro A.5.7.3.4.1 – Contribuintes Beneficiados Pela Renúncia – Pessoas Físicas

Gasto Tributário:						
UF	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

Quadro A.5.7.3.4.2 – Contribuintes Beneficiados Pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

Gasto Tributário:						
UF	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

5.7.3.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

Quadro A.5.7.3.5.1 – Beneficiários Da Contrapartida Da Renúncia – Pessoas Físicas

Gasto Tributário:						
UF	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						

ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

Quadro A.5.7.3.5.2 – Beneficiários Da Contrapartida Da Renúncia – Pessoas Jurídicas

Gasto Tributário:						
UF	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						

RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

5.7.3.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária:

Quadro A.5.7.3.6.1 – Aplicação De Recursos Da Renúncia De Receita Pela Própria UJ

Gasto tributário	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2014	2013	2012	2014	2013	2012

Fonte:

5.7.3.7 Prestação de Contas de Renúncia de Receitas

Quadro A.5.7.3.7.1 – Prestações De Contas De Renúncia De Receitas

Gasto Tributário:						
Situação	2014		2013		2012	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas						
PC Aguardando Análise						
PC em Análise						
PC não Aprovadas						
PC Aprovadas						

Fonte:

5.7.3.8 Comunicação à RFB

Quadro A.5.7.3.8.1 – Comunicações À RFB

Gasto Tributário:												
Renúncia	2014				2013				2012			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.

5.7.3.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Quadro A.5.7.3.9.1 – Indicadores De Gestão Da Renúncia De Receitas

Gasto Tributário:				
Ano	Metas		Renúncia/PIB	Geração de empregos

					(%)		
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.	Nac.	Diretos	Indiretos
2014							
2013							
2012							

5.7.3.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Quadro A.5.7.3.10 – Declaração De Situação Fiscal

DECLARAÇÃO

Eu, (gestor responsável pela concessão, pelo acompanhamento e fiscalização do benefício tributário), CPF nº _____, (cargo ocupado pelo responsável), declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na(o) (normativo que disciplina a concessão e a fruição do benefício fiscal, com o seu número e data de edição), foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Destaco que os beneficiários abaixo relacionados não cumpriram tais dispositivos, razão pela qual as seguintes medidas saneadoras foram adotadas: (medidas adotadas para o cumprimento dos normativos acima mencionados).

Brasília, ___ de ___ de 20__.

(Gestor)

(CPF)

(Cargo/Unidade Jurisdicionada)

5.7.3.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB (Exclusivo para a UJ RFB)

Em razão da natureza das informações solicitadas, esse quadro só deve ser elaborado pela RFB.

Quadro A.6.7.2.11 – Ações De Fiscalização Da RFB

Exercício 2014					
Gasto Tributário	Fiscalizações	Autos de Infração		Recolhimento	
		Qtd. Empresas	Valor (R\$)	Qtd. Empresas	Valor (R\$)
TOTAL					
Exercício 2013					
Gasto Tributário	Fiscalizações	Autos de Infração		Recolhimento	
		Qtd. Empresas	Valor (R\$)	Qtd. Empresas	Valor (R\$)

5.7.3.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica

5.8 Gestão de Precatórios

5.8.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta

Quadro A.5.8.1.1– Requisições E Precatórios – Administração Direta

Precatórios – Requisição												
Administração Direta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia												
Comum												
Total												
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012			
Alimentícia												
Comum												
Total												

Observações:

Fonte:

5.8.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta

Quadro A.5.8.2.1 – Requisições E Precatórios – Administração Indireta

Precatórios – Requisição												
Administração Indireta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia												
Comum												
Total												
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012			
Alimentícia												
Comum												
Total												

Observações:

5.8.3 Análise Crítica

6 Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.

6.1 Estrutura de pessoal da unidade

6.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 10. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não Há	189	32	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não Há	-		-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não Há	189	32	10
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não Há	157	28	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não Há	4	2	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não Há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não Há	28	2	4
2. Servidores com Contratos Temporários	Não Há	25	20	36
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não Há	8	2	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não Há	222	54	48

Fonte: DataWare House - SIAPENET

Esclarecimentos:

Item 1.2.1 : Somatório dos Ativos e cedidos (inclusive os que ocuparem cargo em comissão ou função)

Item 1.2.2: Somatório somente da Situação Exercício Descentralizado (inclusive os que ocuparem cargo em comissão)

Item 1.2.4: Somatório da situação requisitado e requisitado de outros órgão (inclusive os que ocuparem cargo em comissão)

Quadro 11. Distribuição da lotação efetiva da UJ – Situação apurada em 31/12.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	189
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	189
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	157
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	28
2. Servidores com Contratos Temporários	-	25
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	8
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	222

Esclarecimentos:

Item 1.2.1 : Somatório dos Ativos e cedidos (inclusive os que ocuparem cargo em comissão ou função)

Item 1.2.2: Somatório somente da Situação Exercício Descentralizado (inclusive os que ocuparem cargo em comissão)

Item 1.2.4: Somatório da situação requisitado e requisitado de outros órgão (inclusive os que ocuparem cargo em comissão)

Quadro 12. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro).

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	não há	50	3	4
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	não há	50	3	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	20	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	2	1	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	não há	20	-	2
1.2.4. Sem vínculo	não há	8	2	2
1.2.5. Aposentados	não há	-	-	-
2. Funções gratificadas	não há	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	-	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	não há	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	não há	50	3	4

Fonte: DataWare House – SIAPENET

6.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) não possui autonomia na área de Gestão de Pessoas, tampouco ação orçamentária para realização de capacitação aos seus servidores. Toda a política de capacitação é definida pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/MMA) por meio do Programa Anual de Capacitação (PAC).

O PAC do MMA é um instrumento de gestão no fortalecimento da Política de Desenvolvimento dos servidores, destinado a incrementar os processos de capacitação e orientar as práticas de qualificação

e desenvolvimento do Ministério e contém as demandas oriundas de todas as secretarias e do Serviço Florestal.

Em 2014, cerca de 24% dos servidores do Serviço Florestal Brasileiro realizaram capacitação/treinamento. O detalhamento das informações sobre o tema encontra-se no relatório de gestão do MMA, uma vez que compete à CGGP executar a política de capacitação no âmbito de SFB.

6.1.3 Custos de Pessoal

Quadro 13. Custos do Pessoal.

Tipologias/ Exercícios	Venciment os e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despes as de Exercíc ios Anterior es	Decisõe s Judicia is	Total	
		Retribui ções	Gratifica ções	Adicion ais	Indeniza ções	Benefícios Assistencia is e Previdenci ários	Demai s Despes as Variáv eis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	7.263.424,86	768.263,30	1.184.201,29	851.072,20	673.837,14	411.079,67	5.242,425,62	11.412,40	7.233,60	16.412.950,08
	2013	5.470.291,90	616.613,03	856.842,71	456.609,89	584.200,90	393.038,84	3.537,422,77	3.430,90	-	11.918.450,94
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	-	1.064.267,77	86.793,89	32.252,39	4.476,00	993,41	13.681,68	-	-	1.202.465,14
	2013	-	1.037.128,28	87.736,26	29.061,30	4.545,00	731,68	3.114,51	-	-	1.162.317,03
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	-	292.447,84	23.776,29	7.111,85	35.479,95	7.769,19	15.552,25	-	-	382.137,37
	2013	-	499.279,19	40.251,44	12.554,10	50.735,50	9.239,43	29.901,40	3.042,64	-	645.003,70
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014										

		50.376,48	-	7.489,59	9.015,96	10.937,98	1.647,34	37.899,46	85,06	-	117.451,87
	2013	20.316,60	-	2.971,64	1.093,87	5.596,85	1.337,34	14.984,00	-	-	46.300,30
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	-	2.300.311,32	176.862,51	31.339,92	-	1.751,21	183.689,36	-	-	2.693.954,32
	2013	-	4.648.824,99	372.837,51	135.296,37	50.786,05	5.934,46	75.415,83	-	-	5.289.095,21

Fonte: DataWare House - SIAPENet

6.1.4 Irregularidades na área de pessoal

O Serviço Florestal Brasileiro não possui autonomia na área de gestão de pessoas. Todos os assuntos relacionados a essa área são tratados e processados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

6.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O Serviço Florestal Brasileiro não possui autonomia na área de gestão de pessoas. Todos os assuntos relacionados a essa área são tratados e processados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

6.1.4.2 Terceirização Irregular de cargos

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, em sua Administração Direta, cumpriu de forma transparente e regular o que foi acordado no Termo de Conciliação Judicial, firmado em 05 de novembro de 2007, entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Advocacia Geral da União e o Ministério Público do Trabalho.

Em 17/08/2009, foram extintos 262 (duzentos e sessenta e dois) postos de trabalho terceirizados que se encontravam em situação irregular. A nomeação dos 248 (duzentos e quarenta e oito) candidatos aprovados no concurso público de Agente Administrativo, autorizado para substituir a mão de obra terceirizada, foi efetivada por meio das Portarias nºs 53/SECEX/MMA, de 30 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 31 seguinte, e 31/SECEX/MMA, de 19 de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 22 seguinte.

Atualmente o MMA mantém contratos de prestação de serviços apenas para atividades passíveis de terceirização, conforme previsto no Decreto nº 2.271/97.

6.1.5 Riscos Identificados na gestão de pessoas

O Serviço Florestal Brasileiro não possui autonomia na área de gestão de pessoas. Todos os assuntos relacionados a essa área são tratados e processados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

6.1.6 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos

O Serviço Florestal Brasileiro não desenvolveu indicadores gerenciais sobre recursos humanos, pois este órgão não possui RH próprio. Os assuntos relacionados à Gestão de Pessoas são tratados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Meio Ambiente/MMA.

6.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

6.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 14. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.

Unidade Contratante													
Nome: Serviço Florestal Brasileiro													
UG/Gestão: 440075/00001						CNPJ: 37.115.375/0008-83							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	09/2010	07.069.574/0001-65	16/04/2010	14/04/2015				X			P
2011	V	O	01/2011	04.179.738/0001-19	17/02/2011	17/08/2015				X			P
2013	V	O	23/2013	16.505.678/0001-66	09/05/2013	09/05/2015				X			P
2013	V	O	29/2013	12.159.225/0001-74	02/07/2013	02/07/2015				X			P
2012	L	O	17/2012	11.027.483/0001-34	11/06/2012	10/06/2015		X					P
2012	L	O	21/2012	07.174.641/0001-01	02/07/2012	01/07/2015		X					P
2013	L	O	24/2013	03.116.706/0001-01	27/05/2013	27/05/2015		X					P
2013	L	O	40/2013	05.058.935/0001-42	23/09/2013	23/09/2015		X	X				P

2014	L	O	02/2014	06.130.775/0001-68	20/01/2014	20/01/2016	X					P
2014	V	O	13/2014	03.601.036/0001-19	01/08/2014	01/08/2015	X					A
2014	L	E	30/2014	09.134.888/0001-20	29/12/2014	29/06/2015	X					A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: COLIC/GEAL

6.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 15. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Contratante													
Nome: Serviço Florestal Brasileiro													
UG/Gestão: 440075/00001							CNPJ: 37.115.375/0008-83						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	9	O	14/2012	07.533.840/0001-69	12/06/2012	11/06/2015		X		X			P
2012	2	O	30/2012	08.466.488/0001-59	13/09/2012	13/09/2015				X			P
2012	2	O	31/2012	08.466.488/0001-59	13/09/2012	13/09/2015				X			P
2012	2	O	32/2012	07.106.915/0001-25	18/09/2012	18/09/2015				X			P
2013	12	O	18/2013	00.588.541/0001-82	19/02/2013	19/02/2016				X			P
2013	4	O	19/2013	11.751.115/0001-34	19/03/2013	11/06/2014		X		X			P
2013	12	O	26/2013	79.283.065/0003-03	20/06/2013	21/06/2015		X		X			P
2013	12	O	28/2013	07.516.045/0001-62	01/07/2013	01/07/2015				X			P
2013	12	O	30/2013	03.116.706/0001-01	01/07/2013	01/07/2015				X			P
2013	12	O	35/2013	04.477.223/0001-03	29/08/2013	29/08/2015				X			P
2013	2	O	37/2013	09.134.888/0001/20	10/09/2013	10/09/2015		X		X			P
2013	5	O	54/2013	02.780.863/0001-54	23/12/2013	23/12/2015				X			P
2014	L	O	11/2014	36.770.857/0001-38	11/06/2014	11/06/2015		X					A
03/2014	2	O	03/2014	04.558.234/0001-00	20/01/2014	20/01/2016				X			P
Observações:													
LEGENDA Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: COLIC/GEAL.

6.2.3 Análise Crítica

Das manifestações dos servidores designados fiscais acerca da análise crítica na condução dos contratos do Serviço Florestal Brasileiro no ano de 2014, registram-se as dificuldades apresentadas na execução do Contrato 21/2012, celebrado com a empresa Meganorte Serviços Terceirizados LTDA, para prestação de serviço de limpeza na Unidade Regional Nordeste, relatadas pelo Chefe da referida Unidade.

A referida empresa passou a não cumprir as cláusulas contratuais após a assinatura do Primeiro Termo Apostilamento, processo 02209.000048/2012-59, em 2014. Os problemas ocorreram de forma rotineira e por vezes continuada, como a não entrega do material para limpeza e atrasos no pagamento de salário e de benefícios. Nos últimos seis meses de contrato a empresa não realizava nenhum pagamento, nem a entrega de materiais, em completo abandono do contrato, embora a funcionária da empresa comparecesse normalmente ao trabalho. Em consequência desse abandono, também não houve recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários, exceto os valores devidos ao FGTS que foram recolhidos por este órgão. Também coube ao Serviço Florestal o pagamento dos salários, benefícios e rescisão contratual diretamente à funcionária.

Várias foram as comunicações realizadas no sentido de sanar tais pendências e alertar a empresa sobre as possíveis sanções. Seguem NUP's de documentos relacionados ao caso: ofícios encaminhados à empresa: 8984/2014; 10663/2014; 10711/2014; 12515/2014; 14488/2014; 14647/2014; memorandos encaminhados à GEAL, 10073/2014; 10674/2014; 14663/2014; 18062/2014; 19075/2014 e 0061/2015. Adicionalmente a Unidade Regional envidou esforços em reuniões com o preposto e diversos contatos telefônicos com o proprietário da empresa para sanear as pendências listadas.

A Diretoria de Administração e Finanças aplicou sanções a então contratada, conforme a Decisão Administrativa nº 41/2014 devido a não complementação da garantia e ausência de defesa da empresa houve aplicação de multa referente a 2% do valor do contrato, ou seja, R\$ 604,77 e a Decisão Administrativa 09/2014 – referente à rescisão contratual com multa de 10% do valor do contrato, no valor de R\$ 3.023,87.

Segundo o Chefe da Unidade Regional Purus Madeira, todos os contratos de terceirização de serviços com entrega de material tiveram problemas com entrega parcial de material, ou a não entrega do material mensal. Quando da não entrega de materiais pedimos que seja glosado o valor integral, mas há muita dificuldade em solicitar glosa quando o material é entregue parcialmente pelo fato de não aparecer o valor de cada item do termo de referência.

6.2.4 Contratação de Estagiários

Os dados referentes aos estagiários estão contidos no Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente – MMA, tendo em vista que o Serviço Florestal Brasileiro não possui RH próprio.

6.3 Contratação de Consultores na Modalidade Produtos

Quadro 16. Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura			FAO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento do Marco Nacional do Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais – Projeto GEF de Apoio ao IFN				GCP/BRA/079/GFF	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: GCP/BRA/079/GFF 103220-1/2013					
Objetivo da Consultoria: Dar suporte ao SFB para implementar o programa de capacitação do IFN, ministrando cursos de capacitação sobre a metodologia do Inventário Florestal Nacional para as empresas/instituições que irão realizar a coleta de dados de campo e cursos sobre o controle de qualidade do IFN, além de dar suporte em atividades do IFN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
06/09/2013	05/09/2014	56.500,00	36.000,00	27.000,00	27.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data de entrega	Valor	
Relatório contendo a revisão e a atualização do material didático dos cursos de coleta de campo e do controle de qualidade .			2013	3.000,00	
Relatório técnico do levantamento realizado para a avaliação e controle de qualidade da coleta de dados na primeira etapa do IFN no Estado do Rio Grande do Sul.			2013	10.000,00	
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do IFN do Rio de Janeiro. Relatório técnico de acompanhamento e avaliação da qualidade inicial da coleta de campo do IFN do Rio de Janeiro.			2013	4.500,00	
Relatório técnico do curso de formação de instrutores para o treinamento das empresas/instituições de coleta de campo do IFN.			Out/2014	3.000,00	
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do IFN do Ceará (2013) e Sergipe (abr/2014). Relatório técnico de acompanhamento e avaliação da qualidade inicial da coleta de campo do IFN do Ceará (agosto/2014) e Sergipe (agosto/2014)			Abril e agosto/2014	9.000,00	
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do IFN do Rio Grande do Norte (abril/2014) e Bahia (out/2014). Relatório técnico de acompanhamento e avaliação da qualidade inicial da coleta de campo do IFN do Rio Grande do Norte (set/2014) e Bahia (out/2014)			Abril, setembro e outubro/2014	9.000,00	
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do Paraná e Espírito Santo. Relatório técnico de acompanhamento e avaliação da qualidade inicial da coleta de campo do IFN do Paraná e Espírito Santo			-	9.000,00	
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do IFN do Pará e Rondônia.			Outubro/2014	6.000,00	
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do Mato Grosso.			Outubro/2014	3.000,00	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Doádi Antônio Brena	CPF: 200.599.490-15
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: A ordem de entrega dos produtos poderia ser alterada de acordo com a implementação das atividades do IFN. Nos casos dos produtos que envolviam mais de um relatório, os valores foram pagos proporcionalmente às atividades realizadas e relatórios entregues, sendo R\$ 3.000,00 por capacitação de coleta de dados de campo em cada estado e R\$ 1.500,00 por relatório técnico de acompanhamento e avaliação da qualidade inicial da coleta de campo em cada estado.	

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura				FAO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento do Marco Nacional do Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais – Projeto GEF de Apoio ao IFN				GCP/BRA/079/GFF	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: GCP/BRA/079/GFF 104285-1/2014					
Objetivo da Consultoria: Curso Identificação Botânica: Elaborar o material didático e a ementa de curso em nível técnico e em nível de especialização para capacitar parataxônomos visando à melhoria da identificação botânica em campo, especialmente no bioma amazônico.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/01/2014	25/04/2014	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data de entrega	Valor	
Relatório contendo a revisão bibliográfica referente à identificação botânica de espécies do bioma amazônico, técnicas de identificação em campo, coleta, prensagem e armazenamento de exsiccatas.			Fevereiro/2014	2.000,00	
Relatório técnico contendo o material didático: a) para o curso de nível técnico de identificação botânica para parataxônomos em consonância com a metodologia do IFN; e, b) para o curso de nível de especialização de identificação botânica para parataxônomos em consonância com a metodologia do IFN.			Fevereiro/2014	3.000,00	
Relatório técnico contendo: a) uma avaliação da melhor técnica a ser utilizada no curso Técnico (aula, dinâmica de grupo, material audiovisual, etc); a ementa mínima do curso, contemplando: carga horária mínima, programação; além dos meios de avaliação do aprendizado (por exemplo: de reação, de aprendizagem, de mudança de comportamento); e, b) uma avaliação da melhor técnica a ser utilizada no curso de Especialização (aula, dinâmica de grupo, material audiovisual, etc); a ementa mínima do curso, contemplando: carga horária mínima, programação; além dos meios de avaliação do aprendizado (por exemplo: de reação, de aprendizagem, de mudança de comportamento).			Agosto/2014	3.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Flávio Amorim Obermuller				CPF: 087.800.527-70	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	FAO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Fortalecimento do Marco Nacional do Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais – Projeto GEF de Apoio ao IFN					GCP/BRA/079/GFF	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”						
Código do Contrato: GCP/BRA/079/GFF 105365-1/2014						
Objetivo da Consultoria: Contratar consultoria especializada para prestação de serviços técnicos de Tecnologia da Informação (TI) - pessoa física (PF) - para desenvolver em tecnologia Joomla, inserir banco de dados, testar e implantar o WebSite para a Rede de Parcelas Permanentes da Mata Atlântica e Pampa - RedeMAP						
Período de Vigência			Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício	
01/11/2014	01/02/2015	10.000,00	6.000,00	10.000,00	10.000,00	
Insumos Externos						
Produtos Contratados						
Descrição				Data de entrega	Valor	
Criação do site na tecnologia Joomla - • Propor template na plataforma Joomla; • Elaboração de Relatório parcial contendo a descrição das atividades realizadas na criação do site no ambiente Joomla. • Entrega do relatório impresso e arquivo digital				Dezembro/2014	3.000,00	
Inserção de banco de dados: • Elaboração de Relatório parcial contendo descrição das atividades realizadas para a inserção de dados disponibilizados após reunião com SFB; • Entrega do relatório impresso e arquivo digital.				Dezembro/2014	3.000,00	
Relatório de conclusão de desenvolvimento, com todas as atividades descritas, casos de teste e o resultado de sua execução: • Elaboração de Relatório final contendo as atividades realizadas nos produtos 1 e 2; • Entrega do relatório impresso e arquivo digital.				Dezembro/2014	4.000,00	
Consultor Contratado						
Nome do Consultor: Leonardo Lucas Ribeiro				CPF: 719.395.551-91		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:						

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante						
Nome da Organização					Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura					FAO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica						
Título do Projeto					Código	
Fortalecimento do Marco Nacional do Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais – Projeto GEF de Apoio ao IFN					GCP/BRA/079/GFF	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”						
Código do Contrato: GCP/BRA/079/GFF 106030-1/2014						
Objetivo da Consultoria: HOTSITE: Adaptar em tecnologia Wordpress, o hotsite http://eventos.florestal.gov.br/simposioif/ para a realização do III Simpósio Nacional de Inventário Florestal.						
Período de Vigência			Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício	
22/01/2014	25/04/2014	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	
Insumos Externos						
Produtos Contratados						
Descrição				Data de entrega	Valor	
Apresentação do modelo funcional navegável para os MENUS “HOME”, “O EVENTO” “INSCRIÇÃO” e “CONCURSO DE FOTOS”. Entrega do e-mail MKT e cartaz de divulgação.				Novembro/2014	2.000,00	
Migração do site funcional e corrigido para o SFB.				Novembro/2014	2.000,00	
Relatório técnico contendo: a) uma avaliação da melhor técnica a ser utilizada no curso Técnico (aula, dinâmica de grupo, material				Janeiro/2015	4.000,00	

audiovisual, etc); a ementa mínima do curso, contemplando: carga horária mínima, programação; além dos meios de avaliação do aprendizado (por exemplo: de reação, de aprendizagem, de mudança de comportamento); e, b) uma avaliação da melhor técnica a ser utilizada no curso de Especialização (aula, dinâmica de grupo, material audiovisual, etc); a ementa mínima do curso, contemplando: carga horária mínima, programação; além dos meios de avaliação do aprendizado (por exemplo: de reação, de aprendizagem, de mudança de comportamento).		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Roberto Lima	CPF: 194.345.518-03	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Kreditanstalt für Wiederaufbau				KfW	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia				BMZ 2003 66 658	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: -					
Objetivo da Consultoria: Apoio à gestão do projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/08/2014	27/08/2018	EUR 2.146.389,00	EUR 1.410.000,00	EUR 0,00	EUR 1.677.500,00
Insumos Externos					
Recursos Financeiros EUR 2.146.389,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Serviços de consultoria externa de apoio técnico para o projeto “Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia”.			Até 27/08/2018	EUR 2.146.389,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Consórcio IP Consult, Niras e Detzel				CPF:	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: A contratação do consórcio IP Consult, Niras e Detzel, ocorreu via Modalidade de Pagamento Direto exercida pelo banco alemão KfW. O pagamento dos serviços da consultoria são realizados, pelo KfW, em Euros, sem internalização do recurso no orçamento federal.					

A equipe da Gerência de Informações Florestais e do Serviço Florestal Brasileiro é limitada para a grande quantidade e diversidade de atividades realizadas. Por isso, em muitos casos, a execução dos projetos necessita da contratação de especialistas em determinadas áreas, que fogem às competências dos técnicos.

A contratação de consultores na modalidade produto tem sido muito útil para o alcance dos objetivos estratégicos, pois sem os produtos realizados pelos consultores, não seria possível realizar alguns serviços e nem alcançar a qualidade atingida por especialistas.

Exemplos disso são a elaboração de material didático e ementa para capacitar parataxônomos para identificação botânica, com ênfase no bioma amazônico, as capacitações das equipes das empresas, avaliações da qualidade inicial dos levantamentos de campo, adaptação de *hotsites*, como o criado para o III Simpósio Nacional de Inventário Florestal, e desenvolvimento de websites para redes de parcela permanente.

Algumas dificuldades podem ocorrer por causa do contrato de consultoria por produto, como o atraso na entrega, a falta de entrega do produto ou a entrega de produto inadequado ao solicitado, entretanto como esses fatos são raros de ocorrer, e o consultor só recebe depois do produto aprovado pelo SFB, esse tipo de contratação continua sendo vantajoso para a execução das atividades previstas para a obtenção das metas da Gerência.

5 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

5.5 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos no SFB é a Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008. Esses veículos são controlados por meio de planilha, onde constam: data, quilometragem inicial e final, justificativa de utilização, nome do servidor usuário, e autorização do gestor da frota.

As Unidades Regionais (UR's) realizam a representação política do SFB e executam atividades das gerências executivas, com a utilização de veículos. Em 2014, os servidores das URs realizaram atividades de monitoramento das Concessões Florestais, participaram de reuniões dos Conselhos Consultivos das Florestas Nacionais e de diversas reuniões com órgãos públicos nos municípios para encaminhamento das demandas das gerências executivas, reuniões com universidades e outros parceiros para alinhar ações para a realização do Inventário Florestal Nacional e atividades de administração e logística.

O Serviço Florestal Brasileiro possui, atualmente, nove veículos de sua propriedade, distribuídos em suas unidades regionais nas cidades de Porto Velho/RO, Santarém/PA, Curitiba/PR e Natal/RN e Teixeira de Freitas/BA, conforme abaixo:

Quadro 17. Veículos de propriedade do SFB.

Marca/Modelo	Ano/mod	Placa	RENAVAM	Chassi	CNPJ	Grupo de veículo
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8331	981725970	93XGNK7409C848452	37.115.375/0008-83	Utilitário
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8341	981726461	93XGNK7409C848485	37.115.375/0008-83	Utilitário
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8301	981721052	93XGNK7409C848487	37.115.375/0008-83	Utilitário
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8311	981724787	93XGNK7409C848480	37.115.375/0008-83	Utilitário
VW/Spacefox 1.6 – Cor Branca	2014/2014	QGB 7009	1029629860	9BWPB45Z9E4175943	37.115.375/0015-02	Passeio
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 6311	964949415	93XGNK7409C844646	37.115.375/0008-83	Utilitário
*VW/Parati 1.6 – Cor branca	2006/2007	JHK 0955	901533319	9BWDB05W07T066300	37.115.375/0008-83	Passeio
VW/Parati 1.6 – Cor branca	2006/2007	JHK 0965	901534056	9BWDB05W57T065532	37.115.375/0014-21	Passeio
VW/Parati 1.6 – Cor branca	2006/2007	JHK 0975	901535265	9BWDB05W47T066428	37.115.375/0008-83	Passeio

De janeiro a dezembro de 2014, os veículos rodaram em média 8.000 km no ano. Alguns rodaram muito mais, por volta de 17.000, contudo, os que ficaram parados para manutenção reduziram a média. Os veículos L200 têm um rendimento médio de 7,36 km/l, enquanto as Paratis rendem 11,43 km/l e a Spacefox 10,32 km/l. A idade média da frota dos veículos utilitários é de sete anos e dos veículos de passeio, oito anos.

O Serviço Florestal possui um contrato de manutenção da frota e fornecimento de combustíveis para atender demanda das Unidades Regionais e da sede. O custo com o referido contrato no exercício de 2014 foi R\$ 82.135,46.

Destaca-se que os veículos são utilizados como ferramenta de trabalho e demandados com frequência, motivo pelo qual se optou pela aquisição da frota em detrimento à locação.

O gerenciamento e o controle de combustíveis e manutenção dos veículos da frota do órgão são realizados por meio do Sistema Goodcard – Ecofrotas. Esse sistema é alimentado pelos servidores que utilizam os veículos e solicitam os serviços de manutenção e aquisição de combustível, bem como é acompanhado pelo fiscal do contrato que o utiliza para conferências das notas fiscais oriundas dos serviços executados. Ademais, esse sistema contém todos os dados relativos às solicitações, tais como: usuário solicitante, data, valor e quantidade do combustível adquirido, relação km/litro etc., assegurando um controle mais efetivo por parte da Administração.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

O quadro abaixo apresenta as informações sobre a empresa contratada para a prestação do serviço de transporte na sede em Brasília-DF.

Empresa	CNPJ	Contrato	Tipo de licitação	Vigência contratual	Qtde	Valor contratado (R\$)	Valor pago em 2014 (R\$)	
GVP Auto Locadora & Serviços Ltda. Epp.	08.466.488/0001-59	30/2012	Pregão	13/09/2015	02	123.299,52	132.643,06	Veículos transporte Institucionais
GVP Auto Locadora & Serviços Ltda. Epp.	08.466.488/0001-59	31/2012	Pregão	13/09/2015	01	73.632,26	71.165,76	Veículos transporte Institucionais

FLASH Transporte e Informática LTDA	07.106.915/0001-25	32/2012	Pregão	18/09/2015	01	31.511,64	28.457,68	Veículo par entrega de documentos
Fonte: SEALP/GEAL								

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) é um órgão autônomo vinculado ao MMA, mas está localizado nas dependências do IBAMA. Assim, é frequente o uso dos veículos funcionais e executivo para transportar os servidores do SFB até o MMA para reuniões. Além disso, a motocicleta auxilia no transporte de documentos endereçados a Brasília.

A média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos, para transportes institucionais 9.000 km, e para transporte de documentos 1.000 km. A idade mediados veículos é de dois anos para os veículos funcionais e um ano para o veículo executivo.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro 18. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	PARÁ	1	1
	Santarém		
	RONDÔNIA	1	1
	Porto Velho		
	DISTRITO FEDERAL	1	
	Brasília		
Subtotal Brasil		3	2
Total (Brasil + Exterior)		3	2

Fonte: SEALP/GEAL.

7.2.2 Imóveis sob a responsabilidade do órgão, exceto Imóvel Funcional

Quadro 19. Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
440075	053500092.500-9	4	3	288.880,88*	29/08/2014	1.565.750,00	0	0

440075	970117124500-0	4	6	5.668.515,15**	10/12/2014	17.758.007,58	0	0
440075	000300695500-7	4	3		31/10/2012	77.866,31	0	0
Total							0	0
Fonte: SEALP/GEAL								
*Avaliado em 2000. Avaliação mais antiga constante no processo de cessão.								
**Valor do Terreno sem qualquer benfeitoria.								

Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Quadro 20. Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.17124.500-0
	Endereço	SEPN 506, BLOCO C, EDIFÍCIO ATHALÁIA – ASA NORTE. BRASÍLIA - DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.659.166/0001-02
	Nome ou Razão Social	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA,
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	FUNCIONAMENTO DA SEDE DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
	Prazo da Cessão	5 ANOS
	Caracterização do espaço cedido	PRÉDIO COM CINCO ANDARES E SUBSOLO.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	SEGUNDO A SECONT/MMA, O IMÓVEL ENCONTRA-SE REGISTRADO NA UASG/SIAFI DO CESSIONÁRIO.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS GASTOS SERÃO ARCADOS PELO SFB.	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0535.00092.500-9
	Endereço	RUA TAPAJÓS, 2449 – SANTARÉM - PA
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.659.166/0001-02
	Nome ou Razão Social	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA,
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	FUNCIONAMENTO DA UNIDADE REGIONAL BR 163.
	Prazo da Cessão	QUINZE ANOS
	Caracterização do espaço cedido	TERRENO COM CASA TÉRREA MODESTA (SEM VALORIZAÇÃO)

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	SEGUNDO A SECONT/MMA, O IMÓVEL ENCONTRA-SE REGISTRADO NA UASG/SIAFI DO CESSIONÁRIO.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS GASTOS SERÃO ARCADOS PELO SFB.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0003.00695.500-7
	Endereço	BECO ALTO PARAÍSO, 20, SETOR 01, QUADRA 142, LOTE 220 PANAIR – PORTO VELHO – RO
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.489.828/0033-32
	Nome ou Razão Social	SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SPU/MPOG
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	FUNCIONAMENTO DA UNIDADE REGIONAL PURUS MADEIRA.
	Prazo da Cessão	CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO.
	Caracterização do espaço cedido	TERRENO SEM QUALQUER BENFEITORIA
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	SEGUNDO A SECONT/MMA, O IMÓVEL ENCONTRA-SE REGISTRADO NA UASG/SIAFI DO PERMISSONÁRIO.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS GASTOS SERÃO ARCADOS PELO SFB.

7.2.3 Imóveis Funcionais sob Responsabilidade do Órgão

Não se aplica.

7.2.4 Análise Crítica

Os registros dos imóveis que estão sob responsabilidade desta UJ estão em fase final de inclusão no sistema SPIUnet, aguardando transferência por parte do órgão cedente de dois imóveis para esta unidade. Há, ainda, pendência no registro devido a um erro denominado no sistema como "erro 027". Esse erro ocorre ao cadastrar o imóvel de Rondônia, pois a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

fez uma nova codificação de CEP para o Estado. Em contato com os técnicos da SPU, através do Ofício 711/2014/GAB/SFB/MMA, estes responderam por contato telefônico que não há prazo para resolução do problema.

5.6 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 21. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	PR	01	01
	Curitiba		
	RN	01	01
	Natal		
	PA	01	01
	Santarém		
	RO	01	01
Porto Velho			
Subtotal Brasil		04	04
Total (Brasil + Exterior)		04	04
Fonte:			

Análise Crítica:

Os imóveis listados acima são utilizados para sediar as Unidades Regionais do Serviço Florestal Brasileiro. O Serviço Florestal Brasileiro possui quatro Unidades Regionais (URs). Todas elas estão sediadas em prédios alugados pelo órgão, conforme tabela abaixo:

Unidade Regional	Chefe da Unidade	Localidade	Endereço	Contrato de locação	Valor mensal (R\$)	Área construída (m ²)
UR Sul	Gilson Souza	Curitiba (PR)	Rua Eurípides Garcez do Nascimento; 683, Bairro Ahú – CEP 80540-280	03/2011	7.704,18	350
UR BR 163	Ângelo Francisco	Santarém (PA)	Rua Rosa Vermelha, 739, Bairro Aeroporto Velho - CEP 68010-200	07/2010	14.268,63	642,10
UR NE	Newton Barcelos	Natal (RN)	End.: Avenida João Ferreira de Melo, 2928, Bairro Capim Macio – CEP 59078-320	21/2013	4.300,00	245,60
UR Purus	Maurício Sacramento	Porto Velho (RO)	Av. Dom Pedro II, 2195, São Cristóvão - CEP: 76804-033	04/2011	11.853,32	326,34

Por meio do projeto "Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – KFW", o órgão iniciou procedimentos para construções de sedes próprias para as Unidades Regionais Purus Madeira (UR Purus), localizada em Porto Velho (RO), e Distrito Florestal Sustentável BR 163 (UR BR 163), localizada em Santarém (PA). Para tanto, o Serviço Florestal Brasileiro celebrou contratos para elaboração dos projetos executivos visando às construções das referidas sedes. O início das obras está previsto para o segundo semestre deste exercício.

À UR BR-163, foi cedido terreno pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 20/06/2013, conforme extrato de cessão publicado no Diário Oficial da União em 20/6/2013, Seção 3, página 155.

Com relação à UR Purus, não foi feito termo de cessão, mas sim contrato de permissão de uso do terreno para a construção da sede daquela Unidade, conforme extrato publicado no DOU em 28 de fevereiro de 2013, Seção 3, pág. 137.

Além das Unidades Regionais, o órgão conta com uma base avançada localizada em Teixeira de Freitas, na Bahia, ligada à UR NE. Nessa base, há apenas uma servidora atuando e instalada nas dependências do Ministério Público.

Gestão da Tecnologia da Informação

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação

A seguir, apresenta-se a relação dos sistemas relacionados aos macroprocessos finalísticos e a função de cada um deles

SCC - Sistema Cadeia de Custódia

Área gestora: GEMAF – Gerência Executiva de Monitoramento e Auditoria Florestal

Descrição do sistema: Sistema para registrar a cadeia de custódia e monitoramento das atividades desenvolvidas nas unidades de manejo florestal das áreas de concessão. Controla a origem e destino dos produtos florestais nas concessões.

SGC - Sistema Gestão de Contratos

Área gestora: GEAL – Gerência Executiva de Administração e Logística

Descrição do sistema: Sistema para registrar e acompanhar os contratos administrativos do SFB.

IFN – Inventário Florestal Nacional

Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais

Descrição do sistema: Sistema para monitoramento contínuo dos recursos florestais e fornecimento de informações para subsidiar a definição de políticas florestais, a gestão dos recursos florestais e a elaboração de planos de uso e conservação dos recursos florestais.

SCA - Sistema de Controle de Acessos

Área gestora: GETI – Gerência Executiva de Tecnologia da Informação

Descrição do sistema: O SCA tem como objetivo unificar as informações de usuários, sistemas, perfis de acesso e permissões, otimizando os recursos necessários para manutenção e evolução do sistema, bem como seguir uma política de segurança que garanta a confiabilidade e integridade dos dados dos sistemas.

SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais

Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais

Descrição do sistema: Base nacional de informações sobre florestas brasileiras, a gestão florestal governamental, o ensino, a pesquisa, o desenvolvimento florestal e o setor produtivo florestal brasileiro.

PNGF – Portal Nacional da Gestão Florestal

Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais

Descrição do sistema: Permitir uma visão completa das ações voltadas à gestão florestal no país e consequentemente o cumprimento da Resolução CONAMA 379/2006, que permitirá maior transparência sobre o tema e participação social, assim como o delineamento de políticas adequadas para o setor.

Portal do Cadastro Nacional de Florestas Públicas

Área gestora: GECAD - - Gerência Executiva de Cadastro de Florestas

Descrição do sistema: Disponibilizar informações do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e sua base de conhecimento para seus colaboradores (SFB) e, possivelmente, para clientes (ESTADOS), parceiros de negócios (CONCESSIONÁRIOS) e também para o público em geral (SOCIEDADE CIVIL).

Portal do Serviço Florestal Brasileiro

Área gestora: ASCOM - Assessoria de Comunicação

Descrição do sistema: Sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro

Intranet

Área gestora: ASCOM - Assessoria de Comunicação

Descrição do sistema: Intranet do Serviço Florestal Brasileiro. O acesso externo a intranet é permitida através de login para que os servidores do SFB lotados nas regionais possam ter acesso.

SIGAD – Sistema de Gestão Arquivística de Documentos

Área gestora: GEAL - Gerência Executiva de Administração e Logística

Descrição do sistema: é um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos que viabiliza o rastreamento de documentos e processos físicos produzidos e recebidos neste Serviço Florestal Brasileiro bem como acondiciona arquivos digitais dos registros indexados, por meio da classificação arquivística assegura o momento da eliminação de documentos

RIT– Repositório de Informações Técnicas

Área gestora: GEINF - Gerência Executiva de Informações Florestais

Descrição do sistema: é o sistema institucional de gestão e disseminação dos documentos técnicos do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que tem por objetivo armazenar, preservar e divulgar produtos técnicos produzidos devido às atividades desenvolvidas no SFB.

Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas;

SISPLAN – Sistema de Planejamento Orçamentário

Área gestora: COGEST – Coordenação de Gestão Estratégica

Descrição do sistema: o sistema tem o objetivo de aumentar a eficiência do acompanhamento da execução física e orçamentária das atividades desenvolvidas pela instituição, necessita de um suporte sistêmico que possibilite a rastreabilidade entre os objetivos e metas estipulados no planejamento estratégico e no PPA, além de um único repositório de informações de planejamento. Atualmente, todo trabalho é realizado em planilhas eletrônicas pontuais, dificultando a organização e centralização das informações, e afetando a agilidade do processo de monitoramento.

SGC/Concessão Florestal– Sistema de Gestão de Contratos de Concessão Florestal

Área gestora: GECOF – Gerência Executiva de Concessão Florestal

Descrição do sistema: O sistema possibilitará a centralização das informações dos contratos de concessão, visando facilitar a gestão dos contratos, divulgação das informações referentes às concessões florestais vigentes e o processo de emissão das guias para pagamento.

SGC/FNDF – Sistema de Gestão de Contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

Área gestora: GECAF – Gerência Executiva de Capacitação e Fomento

Descrição do sistema: O sistema possibilitará gerenciamento de contratos firmados com as empresas contratadas prestadoras de serviços e produtos ao governo federal. Todo trabalho, atualmente, é realizado em planilhas do Excel, o que dificulta a integração e a rastreabilidade dos atributos, reduzindo a eficiência do processo de tramitação dos contratos

IFN – Inventário Florestal Nacional

Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais

Descrição do sistema: O novo modulo do IFN permitirá a o controle de qualidade das informações coletadas.

SCC - Sistema Cadeia de Custódia

Área gestora: GEMAF – Gerência Executiva de Monitoramento e Auditoria Florestal

Descrição do sistema: O novo modulo do SCC permitirá a emissão de relatórios de controle e a disponibilização do sistema nos coletores visando agilizar a coleta de dados.

SGC - Sistema Gestão de Contratos

Área gestora: GEAL – Gerência Executiva de Administração e Logística

Descrição do sistema: O novo modulo do SGC permitirá a emissão de relatórios de controle e integração com outros sistemas.

SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais

Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais

Descrição do sistema: O novo modulo do SNIF permitirá a emissão de relatórios de controle e integração com sistemas de outros órgãos.

O Quadro 22 apresenta a relação dos contratos que vigeram em 2014, incluindo a descrição de seus objetos, demonstração dos custos relacionados a cada contrato, dados dos fornecedores e vigência.

Quadro 22. Relação dos contratos que vigeram no exercício de referência do relatório de gestão

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsados 2014 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
15/2012	Serviços de suporte, operação e sustentação da área de TI	02/07/2012 a 01/07/2015	03.143.181/ 0001-01	Cast Informática Ltda	621.279,51	588.342,17

	(Infraestrutura)					
004/2013	Serviços continuados de TI para desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação em regime de fábrica de software	18/01/2013 a 17/01/2016	03.143.181/ 0001-01	Cast Informática Ltda	2.534.800,00	1.355.054,89
002/2013	Serviços de suporte técnico aos usuários de TI	08/01/2013 a 08/01/2016	58.069.360/ 0001-20	Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática Ltda	R\$ 49.981,80	49.815,20
41/2012	Fornecimento de Link dedicado de internet	06/12/2012 a 06/12/2015	00.545.482/ 0001-65	Networld- Provedor de Serviços de Internet Ltda- ME	R\$ 43.506,96	39.517,64
29/2012	Serviços de suporte técnico aos usuários de TI da UR Purus Madeira	12/08/2012 a 12/08/2015	08.892.038/ 0001-28	DRM Soluções em Telecomunicações, Informática, Comércio e Serviços Ltda	R\$ 17.250,00	11.854,57

Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro 23. Aspectos da Gestão Ambiental.

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.	http://intranet.mma.gov.br/images/O_ministerio/pls_mma_versao_final_21_05_13.pdf	
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
O Serviço Florestal Brasileiro está localizado nas dependências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Sendo assim, as faturas de água e energia são controladas e pagas diretamente por aquela entidade.			
Apesar disto, quanto às rotinas para a redução do impacto ambiental, o Serviço Florestal Brasileiro vem adotando procedimentos para atender este quesito, como por exemplo, a redução no consumo de água e no consumo de energia elétrica e a incorporação de conceitos sustentáveis e coeficientes de uso dos recursos naturais no planejamento das obras para a			

construção de duas Unidades Regionais, com início previsto em 2014 e, conclusão em 2015.

Na atual sede do SFB, em Brasília, as instalações prediais foram equipadas com aparelhos mais eficientes do ponto de vista do consumo de água e energia elétrica. Além dessas ações, há campanhas para redução no consumo de bens descartáveis.

As ações de sustentabilidade estão previstas no Plano de Logística Sustentável do MMA e do SFB (PLS-MMA). O PLS é um conjunto de ações que visam estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública. Esse plano foi elaborado pelo MMA e pelo SFB em atendimento à IN SLTI/MPOG n° 10/2012. O PLS foi aprovado pelo MMA e encaminhado ao Ministério do Planejamento em junho de 2013 e o cumprimento das metas lá estabelecidas deverá ser avaliado a cada seis meses.

10. Atendimento de Demandas de Órgão de Controle

10.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Em 2013 e 2014 foi realizada auditoria pelo TCU, com o objetivo de avaliar o processo de concessão florestal federal. Essa auditoria foi decorrente do Acórdão nº 3.494/2012 – Plenário (TC 024.657/2012-3). O texto apresentado abaixo foi baseado no Relatório final da auditoria, disponível em sua íntegra no sítio eletrônico do Tribunal de Contas da União.

Durante a fase de planejamento da auditoria, os servidores do TCU realizaram coleta e análise de documentos relacionados à concessão florestal. A equipe realizou pesquisa na internet e agendou reuniões com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com a academia e com consultores. Na fase de execução, foram realizadas visitas de estudo nos estados do Pará e Rondônia, a fim de conhecer as quatro concessões florestais federais em exploração. Naquela ocasião, foi aplicado questionário estruturado semiaberto com os concessionários, funcionários e moradores das comunidades locais para obter a percepção desses atores quanto à concessão florestal.

Também destacam-se as visitas à Secretaria de Meio Ambiente de Itapuã do Oeste, em Rondônia, e a entrevista do diretor do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor).

A auditoria do TCU se baseou nas seguintes questões: 1) Que fatores impactam a implantação e consolidação das concessões florestais federais? 2) Em que medida os resultados alcançados pelas concessões federais em execução têm contribuído para o alcance da conservação das florestas brasileiras e para o desenvolvimento socioeconômico da região?

As principais conclusões da auditoria foram: 1) A existência de deficiências no arcabouço institucional e legal que tendem a impactar negativamente a implantação e consolidação das concessões florestais federais; 2) Existem ações que, observadas, podem vir a aumentar o retorno econômico da concessão, ampliando a atratividade da política e; 3) As concessões florestais implementadas apresentam resultados favoráveis

em pequena escala os quais podem ser ampliados à medida que a política de concessão for sendo consolidada.

Em relação às deficiências no arcabouço legal e institucional, destacou-se a falta de coordenação da atuação dos vários atores envolvidos no processo de concessão florestal federal e a atuação informal das unidades responsáveis pela concessão no âmbito do SFB.

Apontou-se que é necessário melhorar as condições oferecidas pelo governo federal e, portanto, a atratividade econômica das concessões.

Ressaltou-se, por fim, que, mesmo em pequena escala, as concessões florestais implantadas apresentam resultados favoráveis, os quais podem ser ampliados à medida que a política de concessão for sendo consolidada. Tal asserção tomou por base os benefícios socioeconômicos observados no município de Itapuã do Oeste/RO e o fato de a concessão contribuir para conservação da floresta

O objetivo dessas medidas é minimizar os óbices que podem estar prejudicando o sucesso da concessão florestal federal, alcançando maior transparência nas regras do processo, propiciando maior segurança aos potenciais concessionários para participar da concessão florestal, favorecendo o aumento da adesão deles ao setor e, conseqüentemente, proporcionando a consolidação da política, com o respectivo crescimento da oferta de madeira legal e a sucessiva redução da pressão para extração ilegal para suprir o mercado.

10.2 Tratamento de Recomendações do OCI

Os trabalhos da Auditoria Anual de Contas da Controladoria-Geral da União (CGU) foram realizados de 11/04/2014 a 09/06/2014, a partir da apresentação do processo de contas do SFB. Foram efetuadas as seguintes análises: avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos; avaliação da regularidade dos processos licitatórios; avaliação da conformidade das peças; avaliação da situação das transferências voluntárias; avaliação da gestão de pessoas; avaliação dos indicadores de gestão; avaliação da gestão de Tecnologia da Informação; avaliação da gestão do patrimônio imobiliário; avaliação dos controles internos administrativos; avaliação do cumprimento das recomendações da CGU; e avaliação do cumprimento das determinações/recomendações do TCU.

O Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201406950 destacou:

- a importância dos recursos de projetos internacionais
- a necessidade da conclusão do desenvolvimento dos indicadores institucionais
- verificou que o SFB possui fragilidades no acompanhamento da execução dos convênios.
- A Tecnologia da Informação, foi avaliada como adequada à Governança de TI do SFB, especialmente quanto aos aspectos de planejamento e gestão das ações de TI.
- as fragilidades na gestão de TI, destacou-se a ausência de Política de Segurança da Informação e as falhas encontradas na execução do contrato de fábrica de software.
- identificou-se que os controles internos aplicados a alguns temas são mais estruturados que outros, a exemplo dos controles de licitações e recursos humanos, os quais estão bem definidos, em contraponto aos de transferências e gestão patrimonial, os quais estão incipientes e merecem reformulações.
- a falta de regulamentação do regimento interno do SFB, pois esse documento é de suma importância já que tem como finalidade estabelecer um conjunto de regras para regulamentar o funcionamento e a organização do órgão.
- não foi constatado dano ao erário.
- Sobre a gestão das florestas no Brasil, afirmou-se que a existência de cinco unidades dentro do MMA com atribuições relativas ao gerenciamento de florestas pode ser causa de ineficiência, seja pela dificuldade de articular a atuação dos órgãos federais seja pela pulverização dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

Em 18 de agosto de 2014, o SFB enviou à CGU o Ofício nº 60/2014/DAF/SFB/MMA, que encaminhou Plano de Providências relativo aos apontamentos contidos no Relatório de Auditoria nº 201406950, apresentado abaixo:

PLANO DE PROVIDÊNCIAS

UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas: 44102 – SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

Relatório nº: 201406950

2.1.1.1 Constatação: MOROSIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE INDICADORES INSTITUCIONAIS NO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO-SFB.

RECOMENDAÇÃO: 001- concluir a implementação dos indicadores institucionais do SFB, de forma que tais instrumentos auxiliem na tomada de decisão gerencial.

Providências a serem implementadas: O Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro deverá validar os indicadores propostos no planejamento estratégico do órgão, bem como estabelecer as metas anuais a serem atingidas.

Ressalta-se, porém, que poderá haver necessidade de revisão dos indicadores caso haja a delegação de novas atribuições ao órgão.

Prazo de atendimento: Segundo semestre de 2014.

2.1.3.1 Constatação: FRAGILIDADES NO ACOMPANHAMENTO DOS CONVÊNIOS Nºs 762342 E 736531.

RECOMENDAÇÃO: 001 - implementar medidas de controle interno administrativo para garantir o acompanhamento tempestivo dos convênios, a liberação dos recursos paulatinamente, de acordo com as prestações de serviços e produtos entregues, bem como o aporte de recursos em conta específica somente após a confirmação da contrapartida pelo conveniente, de forma a conferir a regular realização da execução do convênio e evitar eventuais riscos de descumprimento dos objetos propostos

Providências a serem implementadas: Com a criação de um núcleo para acompanhamento da execução de Acordos, Convênios e instrumentos congêneres, vários fluxogramas foram criados, um deles, e já implementado, foi o fluxograma para ACTs, e, conjuntamente, documentos de apoio às áreas finalísticas para celebração e execução desses processos.

Para convênios, tanto o fluxograma, quanto a documentação necessária para acompanhamento já foi criada pela Coordenação de Gestão Estratégica, e, neste momento, está em fase de apreciação pelo Diretor de Administração e Logística.

Quanto à recomendação para que a liberação do recurso ocorra de forma paulatina, afirmamos que tal procedimento já foi acolhido pelo SFB quando da criação da COGEST, ocorrida em meados de julho de 2012.

Prazo de Atendimento: Segundo semestre de 2014.

RECOMENDAÇÃO: 002 - adotar medidas para sanar as fragilidades apontadas pela COGEST no convênio 762342.

Providências a serem implementadas: O Diretor-Geral Substituto deu prazo à área demandante para encaminhar resposta à COGEST. Após a resposta da área demandante, outras ações serão realizadas sobre o convênio.

Prazo de Atendimento: O prazo de resposta da área demandante encerra em 18/7/2014.

2.1.4.1 Constatação: AUSÊNCIA DE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA E DO PLANO DE INVESTIMENTO NO PDTI.

RECOMENDAÇÃO: 001 - recomenda-se que o SFB, em atenção às orientações contidas no Guia de Elaboração do PDTI do SISP v1.0, atualize o seu Plano Diretor de TI de modo a incluir o Plano de

Investimento e Custeio e a Proposta Orçamentária Consolidada de TI, avaliando ainda a possibilidade de incluir o inventário de hardware, software, sistemas, rede e serviços de TI.

Providências a serem implementadas: Tendo em vista a revisão do PDTI iniciada em pelo CTI em 29/05/2014, será incluído nesta revisão o plano de investimento e a proposta orçamentária consolidada de TI, bem como os inventários de hardware, software, sistemas, rede e serviços de TI. Após a aprovação das revisões, a minuta do PDTI revisado será encaminhada ao Conselho Diretor para aprovação final.

Prazo de Atendimento: 31/07/2014 (Entrega da minuta do PDTI revisado ao Conselho Diretor).

2.1.4.2 Constatação: AUSÊNCIA DE FORMALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (POSIC).

RECOMENDAÇÃO: 001 - recomenda-se que o SFB, em atenção ao art. 5º, inciso IV da Instrução Normativa GSI/PR no 001/2008, designe, formalmente. O Gestor de Segurança da Informação e Comunicações dando, em seguida, efetividade ao CSI do Órgão.

Providências a serem implementadas: Gestor de Segurança já formalmente designado pela portaria 70/2014/SFB/MMA, de 2 de junho de 2014.

Prazo de Atendimento: Já atendido.

RECOMENDAÇÃO: 002 - recomenda-se que o SFB – em atenção ao art. 5º da Instrução Normativa GSI/PR no 01/2008; aos itens 5, 6 e 7 da Norma Complementar no 03/IN01/DSIC/GSIPR; e visando atender à Estratégia Geral de TI – EGTI 2013-2015 do SISP, ação 6.1.1? elabore, aprove e institucionalize a sua Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC).

Providências a serem implementadas: Comitê de Segurança da Informação e Comunicação já instituído pela portaria 27/2014/SFB/MMA de 24 de março de 2014 para elaboração e institucionalização da POSIC.

Prazo de Atendimento: 31/12/2014 (POSIC aprovada e publicada).

2.1.4.3 Constatação: FRAGILIDADES NA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DA FÁBRICA DE SOFTWARE Nº 04/2013.

RECOMENDAÇÃO: 001 - recomenda-se que o SFB, em conformidade ao que estabelece a IN 04/2010, art. 25, passe a emitir Ordens de Serviço - OS específicas para cada “sprint” ou módulo do sistema a ser desenvolvido, de modo que todo e qualquer pagamento realizado esteja vinculado a uma OS, a qual deverá conter a especificação dos produtos esperados, os prazos para entrega e o valor estimado, entre outros requisitos.

Providências a serem implementadas: Elaboração de novo modelo de Ordem de Serviços -OS e abertura das novas demandas com OS contendo a especificação dos produtos, prazos de entrega e valor estimado e demais requisitos.

Prazo de Atendimento: Já atendido.

RECOMENDAÇÃO: 002 - Recomenda-se que o SFB faça constar detalhadamente, na elaboração do Termo de Recebimento Provisório - TRP e Termo de Recebimento Definitivo - TRD, quais produtos de software e artefatos foram entregues pela empresa contratada, indicando, ainda, a qual Ordem de Serviços os produtos recebidos estão vinculados, conforme estabelece a IN 04/2010, art. 25.

Providências a serem implementadas: Elaboração de novo modelo de Termo de Recebimento Provisório – TRP e Termo de Recebimento Definitivo – TRD contendo os produtos de software e artefatos entregues vinculando o TRP e TRD a Ordem de Serviço aberta.

Prazo de Atendimento: Já atendido.

RECOMENDAÇÃO: 003 - Recomenda-se ao SFB que, de acordo com que prevê a IN 04/2010, o Termo de Recebimento Provisório - TRP seja assinado pelo Fiscal Técnico do contrato e o Termo de Recebimento Definitivo - TRD, pelos Fiscais Requisitantes e pelo Gestor do contrato. Além disso, recomenda-se aos servidores envolvidos nas fiscalizações dos contratos de TI (gestor, fiscal técnico e fiscais requisitantes) evitar assinar documentos emitidos pelas contratadas, relativos a recebimento de serviços, os quais não estejam previstos pela referenciada Instrução.

Providências a serem implementadas: Elaboração de novo modelo de Termo de Recebimento Provisório – TRP e Termo de Recebimento Definitivo – TRD, contendo a assinatura do fiscal técnico no TRP e do gestor e fiscal requisitante no TRD

Prazo de Atendimento: Já atendido.

RECOMENDAÇÃO: 004 - Recomenda-se que o SFB institua mecanismos de controle de modo a evitar que o recebimento dos produtos de software entregues e sua posterior verificação de conformidades sejam encaminhados pela área requisitante diretamente à empresa contratada, sem passar pela análise e validação do Gestor do contrato e da área técnica de TI e sem o seu devido registro formal.

Providências a serem implementadas: Elaboração de modelo de documento de conformidade a ser emitido pelo gestor do contrato, após análise técnica da lista de erros emitida pela área requisitante, após cada entrega.

Prazo de Atendimento: Já atendido.

RECOMENDAÇÃO: 005 - Recomenda-se que o SFB passe a registrar, em documentos formais, a apuração dos indicadores de nível de serviço, em especial aqueles relacionados ao cumprimento dos prazos previamente estabelecidos e à entrega de produtos com defeitos.

Providências a serem implementadas: Elaboração de modelo de documento de indicadores de níveis de serviço a ser emitido pelo fiscal técnico e o gestor do contrato.

Prazo de Atendimento: Já atendido.

2.1.5.1 Constatação: FRAGILIDADES NA GESTÃO PATRIMONIAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO.

RECOMENDAÇÃO: 001 - Registrar os bens imóveis utilizados pelo SFB no SPIUNet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.

Providências a serem implementadas: Providenciar o registro dos bens imóveis utilizados pelo SFB no SPIUNet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.

Prazo de Atendimento: Acesso ao SPIUNet já solicitado ao Ministério do Planejamento. Prazo para inclusão dos imóveis: 30/9/14 (após finalização do inventário 2013).

RECOMENDAÇÃO: 002 - Regularizar o registro do uso do imóvel SEDE do Serviço Florestal Brasileiro - SFB nas dependências do IBAMA.

Providências a serem implementadas: Regularizar o registro do uso do imóvel SEDE do Serviço Florestal Brasileiro - SFB nas dependências do IBAMA.

Prazo de Atendimento: Será solicitada ao IBAMA a retomada do Termo de Cessão.

O Parecer do Dirigente de Controle Interno concluiu que as metas acordadas para o exercício foram cumpridas a contento pelo SFB, com exceção da baixa implementação física da ação “Implantação de florestas públicas sob concessão”. Esse Parecer também afirma que, em relação aos controles internos, foi identificado que o SFB é impactado pela indefinição dos papéis do órgão, uma vez que o MMA está em fase de reestruturação de suas atividades e muitas atribuições do SFB ainda não foram definidas legalmente, bem como pela rotatividade de cargos de diretorias estratégicas, o que prejudica a definição clara e objetiva das atribuições dentro da UJ.

O Certificado de Auditoria Anual de Contas propôs que o encaminhamento das contas seja pela regularidade, em função dos exames realizados sobre o escopo selecionado.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Quadro 24. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	2	7	43
	Entregaram a DBR	2	7	43
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: CGGP/SPOA/SECEX/MMA.

10.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não houve.

10.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro 25. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

Alimentação SIASG E SICONV

Quadro I. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Vito Enzo Genesi, CPF nº 351.490.708-07, Coordenador de Licitações e Contratos, exercido no Serviço Florestal Brasileiro, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 26 de MARÇO de 2015.


Vito Enzo Genesi

CPF: 351.490.708-07

Coordenador de Licitações e Contratos /SFB

DECLARAÇÃO

Eu, Maristela Martins Miguel, CPF nº 570.850.211-87, Analista Estratégica, exercido no Serviço Florestal Brasileiro, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 26 de março de 2015.


Maristela Martins Miguel

CPF: 570.850.211-87

Analista Estratégica /SFB

11 Informações Contábeis

12.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.

Informações prestadas pela Setorial de Contabilidade de Órgão sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. Este tópico abrange o acompanhamento e conformidade contábil do Órgão 44208/ SFB e das unidades gestoras pertencentes.

a) Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e 16.10; b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea "a":

Sim, o Serviço Florestal Brasileiro aplica os dispositivos contidos nas normas brasileiras de contabilidade NBC T 16.9 e 16.10. Emprega todos os meios disponíveis no acompanhamento e no reconhecimento das variações de seus ativos e passivos e, dentre outras providências, registra no SIAFI a incidência do fenômeno da depreciação nos bens móveis.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo; d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão; e) as taxas utilizadas para os cálculos:

Os parâmetros adotados pela STN, de acordo com a instrução 020300 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, quanto à metodologia aplicada, a vida econômica do ativo e as taxas utilizadas para o cálculo da depreciação adequam-se perfeitamente as especificidades dessa Secretaria. Até o momento não houve necessidade de utilização de outras métricas.

O sistema de patrimônio utilizado pela SFB atende as necessidades de controle do setor de patrimônio no cumprimento da elaboração do relatório de movimentação de bens moveis/RMB e, atualmente, 100% dos bens móveis estão sob a incidência metodológica da depreciação.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido:

As disponibilidades registradas no ativo financeiro estão mensuradas pelo valor original e a relação entre o Ativo e Passivo Financeiro é de 0,76/1. Não existem aplicações financeiras. Não existe saldo no ativo diferido e investimentos.

Os estoques do SFB estão mensurados com base no valor de aquisição e correspondem a 0,57% do Ativo Real. São constituídos na forma de materiais ou suprimentos utilizados no curso normal das atividades da administração. Durante o ano de 2014 o giro do estoque foi de 0,83 vezes. O controle do estoque - Relatório Mensal do Almoxarifado/RMA - é encaminhado mensalmente para a Setorial de Contabilidade do MMA, com a movimentação dos saldos. Acompanhados, ainda, dos registros das respectivas notas de lançamentos no SIAFI para sua validação. E, anualmente, no mês de dezembro é realizado o inventário dos bens.

O intangível perfaz 8,9% do ativo permanente, sendo constituído, basicamente, por softwares. O SFB até o momento não definiu critérios para mensuração das amortizações dos ativos intangíveis. Existem saldos em contas transitórias do Ativo Permanente nas contas: Estudos e Projetos, Obras em Andamento e Instalações que correspondem a 19,9% do Ativo Permanente.

A Setorial de Contabilidade do MMA solicitou a atenção do administrador de forma oportuna no acompanhamento das referidas contas do Ativo Permanente, seja por meio de planilhas ou por outra forma sistematizada, de modo a evidenciar a correta mensuração daqueles ativos. No

caso das contas transitórias, quando apropriado, incorporando os respectivos saldos aos imóveis e aplicando aos ativos intangíveis as amortizações devidas.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício:

A despesa com depreciação de bens móveis impactaram em 0,96% às variações passivas extraorçamentárias e 0,37% da total das variações passivas. A depreciação acumulada no final do período corresponde a 42,8 % da totalidade dos bens móveis.

Local	Brasília – DF	Data	31/01/2014
Contador Responsável	Jane Márcia Assunção	CRC nº	5477/0-0

Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO		440056/440075/440088/440094/ 440110/440112/440114/440115	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	23/01/2015
Contador Responsável	Jane Márcia Assunção	CRC n.º	5477/0-O

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Relatório teve como objetivo relatar as principais atividades realizadas pelo Serviço Florestal Brasileiro durante o ano de 2014. A missão do órgão de promover o uso sustentável das florestas brasileiras perpassa inúmeras ações que vão desde atividades administrativas desenvolvidas até a concessão de florestas públicas e a promoção de capacitação em manejo florestal comunitário.

Como observado nas demais sessões do Relatório, ao longo do ano de 2014 foram desenvolvidas diversas atividades que colaboram para o alcance dos objetivos do órgão. Entre elas, é possível citar o programa de concessões florestais que avançou com a assinatura de mais 4 contratos nas Flonas de Saracá-Taquera e Crepori, ambas no Pará, totalizando aproximadamente 280 mil hectares; e o Inventário Florestal Nacional que se encontra em andamento. Nos treze estados onde já foi realizado ou se encontra em andamento, já foram medidos 2.396 pontos amostrais, correspondentes a uma área inventariada de cerca de 99.249.380 ha (11,67% do território nacional).

Ademais, em 2014 obteve-se, com o apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, um avanço no apoio a projetos e na divulgação do manejo florestal comunitário como estratégia de geração de renda e conservação da floresta. Nesse sentido, foram beneficiadas famílias na Caatinga, para produção de lenha nos Estados do Ceará e Piauí e na Amazônia, através de ações de ATER e da capacitação para o manejo de produtos madeireiros e não madeireiros e para gestão de empreendimentos. Já no Cerrado, as ações se iniciaram em 2014 a partir da elaboração da estratégia para a implementação das ações do SFB no Cerrado, com a participação da sociedade civil e de instituições parceiras. Concomitantemente, foi realizada a contratação de ações de ATER para o manejo de produtos não madeireiros beneficiando famílias nos Estados de Minas Gerais e Goiás.